



**Eucatex S.A. Indústria e Comércio e
Sociedades Controladas**

**Demonstrações Financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019, de
2018 e parecer dos auditores independentes**

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaro, na qualidade de Diretor Executivo da Eucatex S/A Industria e Comercio, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 – 11º andar, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.643.018/0001-66 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que juntamente com os demais membros da Diretoria da Companhia revii, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2019.

São Paulo, 24 de março de 2020.

Flávio Maluf
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Otávio Maluf
Diretor Vice-Presidente Geral e Presidente do Conselho de Administração

José Antonio Goulart de Carvalho
Diretor Vice-Presidente Executivo

**Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores
Independentes**

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaro, na qualidade de Diretor Executivo da Eucatex S/A Industria e Comercio, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 – 11º andar, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.643.018/0001-66 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, , que juntamente com os demais membros da Diretoria da Companhia revi, discuti e concordei com a opinião expressada no parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 24 de março de 2020.

Flávio Maluf
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Otávio Maluf
Diretor Vice-Presidente Geral e Presidente do Conselho de Administração

José Antonio Goulart de Carvalho
Diretor Vice-Presidente Executivo

Parecer do conselho fiscal

Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e, considerando ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido pela BDO RCS Auditores Independentes em data de 24 de março de 2020, o Conselho Fiscal opina (a) por maioria, que os referidos documentos, em todos os seus aspectos relevantes estão adequadamente apresentados e em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral de Acionistas e (b) por maioria, favoravelmente à proposta de retenção dos dividendos mínimos obrigatórios e de capitalização da totalidade de reserva legal e de parte da reserva de lucro estatutária de investimentos e capital de giro, sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia.

Adriano Pagni Buzaid

Freddy Rabbat

Marcos Roberto de Oliveira

Massao Fabio Oya

Simone Carrera

Maria Elvira Lopes Gimenez

Orçamento de Capital Exercício 2020

Descrição	Valores 2020
Investimentos Industriais	7.890
Sustentação e Manutenção Fabril	44.710
Investimentos Florestais	66.600
Total	119,200

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eucatex S.A. Indústria e Comércio
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Eucatex S.A. Indústria e Comércio ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Eucatex S.A. Indústria e Comércio** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

Conforme divulgado na Nota Explicativa N° 10, no exercício de 2019 a Companhia obteve decisão favorável em trânsito em julgado que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS para a Eucatex S.A. Indústria e Comércio. Como consequência, os direitos decorrentes de tais ações deixaram de representar ativos contingentes nesse período. Essa decisão compreende o período de apuração dos referidos tributos de 1992 a 2017. A Companhia afirma que ainda não dispõe de informações suficientes para realizar uma estimativa confiável do montante recuperável dos créditos tributários, também passíveis de registro, e que está envidando esforços para concluir os cálculos o quanto antes. Em decorrência desse assunto, o saldo de Impostos a recuperar, o Patrimônio líquido

e o Resultado antes dos impostos podem estar subavaliados de forma relevante. Os efeitos, inclusive tributários, desse assunto não foram determinados.

Confirmações externas - Instituições financeiras

Não recebemos a totalidade das respostas às nossas cartas de circularização enviadas às instituições financeiras Banco Original S.A. e Deutsche Bank, referentes à posição das operações financeiras da Eucatex S.A. Indústria e Comércio e suas controladas. Portanto, não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto à adequação dos referidos saldos contábeis ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em de 31 de dezembro de 2019, bem como avaliar possíveis operações ou garantias não informadas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à **Eucatex S.A. Indústria e Comércio** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Ativos biológicos mensurados ao valor justo

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.16 e 16, os ativos biológicos são mensurados a valor justo, na periodicidade trimestral e determinados por meio do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, cujo valor presente do fluxo de caixa descontado é determinado com base em metodologia específica para refletir os modelos econômicos de uma unidade de negócios exclusiva para o plantio de eucalipto. Na determinação dessa metodologia, são utilizadas premissas que envolvem alto grau de julgamento da Administração da Companhia e suas controladas, como por exemplo: Fluxos de caixa líquido, Taxa de descontos, volume de colheita e periodicidade para cálculo do valor justo do ativo biológico menos custo para vender. Nesse sentido, com base na relevância das estimativas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação dos controles internos relacionados à atividade florestal da Companhia e suas controladas, o envolvimento de nossos especialistas na avaliação das premissas utilizadas, inclusive foram realizados testes em bases amostrais do recálculo do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado preparados pela Administração da Companhia e suas controladas, comparação com as informações obtidas de fontes externas, quando disponíveis, e realização de testes documentais para suportar os dados utilizados nas premissas de cálculo do valor justo, e avaliação da adequada divulgação dessas informações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, e que os critérios e premissas consideradas para a mensuração do valor justo dos ativos biológicos utilizados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas nºs 2.16 e 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas como um todo.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.23 e 31, o reconhecimento de receita envolve controles com o objetivo de assegurar a integridade dos registros das transações, condicionando os aspectos de transferência de riscos e benefícios atrelados aos produtos e no momento adequado. Considerando o volume de transações envolvidas, portfólio de produtos, situação geográfica de logística e atendimento aos clientes, o reconhecimento da receita envolve uma alta dependência do funcionamento adequado dos controles internos determinados pela Companhia e suas controladas. Nesse sentido, com base na relevância da dependência e funcionamento dos referidos controles, e do impacto que eventual ausência de funcionamento desses controles, poderiam trazer nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação e entendimento dos controles internos que abrangem a estimativa do prazo médio de entrega por região geográfica no Brasil, bem como a identificação das vendas não entregues e que, conseqüentemente, não cumprem os critérios para reconhecimento;
- Recálculo dos valores dos ajustes efetuados pela Companhia e suas controladas para estornar receitas de vendas faturadas e não entregues no período contábil adequado;
- Teste documental, em bases amostrais de notas fiscais e comprovantes de entrega, a fim de corroborar a adequação do relatório que demonstra as notas fiscais faturadas e não entregues no período. Tal relatório é base para o cálculo de estorno da receita de vendas faturadas e não entregue.
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados nos processos de reconhecimento da receita da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossas análises e entendimento, consideramos que o reconhecimento da receita da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas nºs 2.23 e 31, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas como um todo.

Estimativa de realização dos tributos diferidos

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.19 e 11, a Companhia mantém registrados créditos tributários no saldo Consolidado, oriundos de diferenças temporárias, base negativa e prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social, substancialmente, esses créditos foram registrados na medida em que a Administração considera provável que a Companhia e suas controladas irão gerar lucro tributário futuro suficientes para compensar os saldos desses créditos. Nessa consideração a Administração da Companhia e suas controladas, estabelecem substanciais julgamentos que visam estimar sua realização futura, como por exemplo na determinação das seguintes premissas: Fluxo de Caixa Descontado - trazido a valor presente; Taxas de descontos; Projeções de crescimento; e Projeções de despesas e custos. Nesse sentido, com base na relevância das estimativas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A revisão das projeções de rentabilidade futura preparadas pela Administração; a consistência das projeções de rentabilidade futura preparadas pela Administração com os dados históricos de estimativas passadas e, também, com as efetivas realizações das mesmas. Adicionalmente, recorreremos a profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia e suas controladas quando da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura.
- O resultado destes nossos procedimentos de auditoria sobre a estimativa de realização dos tributos diferidos está consistente com a avaliação da Administração e com nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
- Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a estimativa de realização dos tributos diferidos incluídas nas Notas Explicativas nºs 2.19 e 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as estimativas de realização dos tributos diferidos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está razoável com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de realização dos tributos diferidos, assim como as divulgações nas notas explicativas nºs 2.19 e 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não conhecidos do assunto mencionado na seção “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, as outras informações também podem estar distorcidas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, que compreende a diretoria da Companhia e suas controladas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 24 de março de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 031522/F

Mauro de Almeida Ambrósio
Contador CRC 1SP 199692/O-5

Relatório da Administração do 4T19

A Eucatex (B3: EUCA3 e EUCA4), uma das maiores produtoras de painéis de madeira do Brasil, que atua também nos segmentos de tintas e vernizes, pisos laminados, divisórias e portas, divulga seus resultados do 4º trimestre de 2019 (4T19). Os demonstrativos financeiros consolidados são apresentados de acordo com os *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. Salvo quando indicado de outro modo, os valores monetários estão expressos em milhões de Reais (R\$ MM) e as comparações feitas referem-se a igual período do ano anterior.

Destaques

4T19

Receita Líquida de R\$ 397,5 milhões (+18,5%)

EBITDA Recorrente de R\$ 76,6 milhões (+18,9%), com Margem de 19,3%

Lucro Líquido Recorrente de R\$ 24,6 milhões (-46,5%)

2019

Receita Líquida de R\$ 1.525,8 milhões (+20,9%)

EBITDA Recorrente de R\$ 289,6 milhões (+24,9%), com Margem de 19,0%

Lucro Líquido Recorrente de R\$ 81,1 milhões (+47,2%)

Valores em R\$ MM	4T19	4T18	Var. (%)	2019	2018	Var. (%)
Receita Líquida	397,5	335,3	18,5%	1.525,8	1.262,3	20,9%
Lucro Bruto	116,7	118,0	-1,1%	434,9	363,0	19,8%
<i>Margem Bruta (%)</i>	29,4%	35,2%	-5,8 p.p.	28,5%	28,8%	-0,3 p.p.
LAJIDA (EBITDA) Ajustado por Eventos não Caixa	72,3	54,5	32,5%	256,2	205,8	24,5%
<i>Margem LAJIDA (EBITDA) (%)</i>	18,2%	16,3%	1,9 p.p.	16,8%	16,3%	0,5 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido	20,2	36,1	-44,0%	65,6	29,0	126,5%
Lucro (Prejuízo) Recorrente	24,6	46,0	-46,5%	81,1	55,1	47,2%
Endividamento Líquido	414,7	416,1	-0,3%	414,7	416,1	-0,3%
Dívida Líquida / LAJIDA (EBITDA) (UDM)	1,5	1,8	-18,1%	1,5	1,8	-18,1%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado Recorrente	76,6	64,4	18,9%	289,6	231,9	24,9%
<i>Margem LAJIDA (EBITDA) Ajustada Recorrente</i>	19,3%	19,2%	0,1 p.p.	19,0%	18,4%	0,6 p.p.

Comentários da Administração

No quarto trimestre, alguns dos principais indicadores que impactam os negócios da Companhia, apresentaram reações positivas, porém outros sofreram com o aumento da inflação, que, em 2019, ficou acima do centro da meta, encerrando em 4,31%.

A confiança do consumidor, mesmo com alta de 2,7 pp em dezembro em relação a novembro, encerrou o ano com retração de 1,4 pp, já a confiança da indústria teve o seu maior patamar para o mês de dezembro desde 2010. A taxa básica de juros encerrou o ano em 4,5% a.a., contribuindo para a continuidade de uma trajetória lenta, mas favorável, da economia.

A taxa de desemprego encerrou o 4T19 em 11%, pouco inferior ao mesmo período de 2018, 11,6%, onde a média anual passou de 12,3% em 2018 para 11,9% em 2019. O Rendimento real médio teve aumento de 0,4% em relação a 2018, impactado pelo aumento da inflação no final do período.

É expressivo o número de lançamentos realizados pelo mercado imobiliário, principalmente em São Paulo, onde esses dados, aliados a redução das taxas de juros para o financiamento imobiliário pela maior parte das Instituições Financeiras, indicam um movimento positivo para todo o setor, encerrando 2019 com crescimento de 49,5%.

O índice ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção), que mede o desempenho das indústrias de materiais de construção, apresentou crescimento (+2,0%), em 2019, refletindo melhora do setor.

Os indicadores para o mercado de painéis de madeira, contemplado por MDF/HDF/MDP/Chapa de Fibra, segundo números da IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores) e estimativas da Companhia, apresentaram queda nos mercados interno e externo de 4,5% e 16,1%, respectivamente, no 4T19. Em 2019, comparado a 2018, houve crescimento de 0,4% no Mercado Interno e queda de 16,1% nas exportações.

No 4T19, a Companhia continuou tendo seu resultado impactado positivamente por algumas ações tomadas ao longo do último ano, sentidas principalmente no Segmento de Tintas, bem como a integração total, em suas atividades, da nova unidade de Chapa de Fibra, permutada com a Duratex, permitindo incremento das vendas no mercado interno e externo.

Desempenho Operacional e Resultados

As vendas físicas do Segmento Madeira da Companhia, somados os mercados interno e externo, no 4T19 e 2019, apresentaram crescimento de 4,7% e 14,8%, respectivamente, quando comparadas aos mesmos períodos do ano anterior. O desempenho no trimestre é resultado da elevação das vendas nos mercados interno (+4,7%), encerrando o ano com (+16,3%).

Os destaques foram os desempenhos de Chapa de Fibra e T-HDF/MDF, que superaram as expectativas da Companhia. O Mercado Total de Painéis de Madeira, segundo a IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores) e estimativas da Eucatex, apresentou retração de 6,2% no 4T19 e em 2019 de 2,3%.

As vendas físicas de Tintas da Companhia, no 4T19 e 2019, apresentaram elevação de 16,2% e 7,0%, respectivamente, quando comparadas aos mesmos períodos de 2018. Segundo a ABRAFATI (Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas), o mercado apresentou crescimento de 4,7% no 4T19 e de 0,6% em 2019.

Desempenho Operacional base 100 - 2005

Vendas Físicas	4T19	4T18	Var. (%)	2019	2018	Var. (%)
Painéis de Madeira (MI)	148	142	4,7%	162	139	16,3%
Painéis de Madeira (ME)	258	247	4,3%	197	183	7,3%
Tintas	326	281	16,2%	342	320	7,0%

MI - Mercado Interno / ME - Mercado Externo

Receita Líquida

Distribuição da Receita Líquida (R\$ MM)	4T19	4T18	Var. (%)	2019	2018	Var. (%)
Segmento Madeira	287,7	255,8	12,5%	1.125,5	943,6	19,3%
Segmento Tintas	85,0	74,2	14,6%	303,4	272,6	11,3%
Outros	24,8	5,3	364,3%	96,8	46,1	109,8%
Receita Líquida	397,5	335,3	18,5%	1.525,8	1.262,3	20,9%

A Receita Líquida Total atingiu R\$ 397,5 milhões, ante R\$ 335,3 milhões no 4T18, crescimento de 18,5%. No Segmento Madeira, o crescimento da receita foi de 12,5%, no 4T19, impactada positivamente pelo aumento das vendas físicas. O Segmento de Tintas, no 4T19, apresentou aumento de 14,6% na Receita Líquida, comparativamente ao mesmo período de 2018, resultado do crescimento nas vendas.

Desempenho semelhante ocorreu em 2019, quando comparado a 2018, com crescimento de 20,9%, atingindo R\$ 1.525,8 milhões, ante R\$ 1.262,3 milhões. O destaque do ano foi o Segmento Madeira, com elevação da receita de 19,3%, resultado do aumento das vendas físicas, devido principalmente ao produto Chapa de Fibra. O Segmento de Tintas registrou alta de 11,3% na receita líquida, comparado a 2018, reflexo do aumento de preços e do crescimento das vendas físicas.

Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

O CPV apresentou variação de 15,4% no 4T19, comparativamente ao 4T18. A elevação no CPV está associada ao aumento dos volumes de vendas, sobretudo de chapas de fibra, a alta nos preços dos principais insumos, bem como pela elevação na taxa de câmbio no período. Em 2019, quando comparado a 2018, a variação foi de 18,7%, e basicamente pelos mesmos motivos.

Valor Justo do Ativo Biológico

No 4T19, o valor justo do ativo biológico foi de R\$ 1,2 milhões, impactado pelo aumento do plantio da Companhia, visando fazer frete ao abastecimento da nova unidade de chapa de fibra.

Lucro Bruto e Margem Bruta

O Lucro Bruto atingiu R\$ 116,7 milhões no 4T19, contra R\$ 118,0 milhões no 4T18, retração de 1,1%, devido, principalmente, a variação do valor justo do ativo biológico. Essa variação, bem inferior à ocorrida no 4T18, teve como consequência a redução de

5,8 pp na Margem Bruta. Sem esse efeito a margem bruta teria apresentado aumento de 2 pp.

Em 2019, o Lucro Bruto e a Margem Bruta apresentaram aumento da ordem de 19,8% e retração de 0,3 pp, respectivamente, quando comparados a 2018, atingindo R\$ 434,9 milhões e 28,5%. No ano, os aumentos de preços, acima do aumento nos custos, impactaram positivamente a margem bruta.

Despesas Operacionais

Distribuição das Despesas (R\$ MM)	4T19	4T18	Var. (%)	2019	2018	Var. (%)
Gerais e Administrativas	(19,0)	(14,5)	30,8%	(66,9)	(57,1)	17,1%
Vendas	(55,6)	(47,9)	16,1%	(207,5)	(178,4)	16,3%
Total de Despesas Operacionais	(74,5)	(62,3)	19,6%	(274,4)	(235,6)	16,5%
% da Receita Líquida	18,8%	18,6%	0,2 p.p.	18,0%	18,7%	-0,7 p.p.
Outras Receitas e Despesas Operacionais	1,8	5,6	-68,3%	5,6	7,8	-28,8%

As despesas operacionais, no 4T19, representaram 18,8% da Receita Líquida, participação esta que apresentou aumento 0,2 pp em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento nominal nas despesas está associado ao crescimento das vendas e à incorporação da nova unidade de produção de chapa de fibra.

Apesar da elevação no total das despesas operacionais, em 2019 comparado a 2018, ocorreu uma redução no percentual de participação da Receita Líquida da ordem de 0,7 pp. O aumento nas despesas é resultado do crescimento das vendas e dos gastos da nova unidade de chapa de fibra, sobretudo nos gastos comerciais.

EBITDA e Margem EBITDA

Como consequência do exposto, o EBITDA Recorrente somou R\$ 76,6 milhões, aumento de 18,9% em relação ao alcançado no 4T18. A Margem EBITDA Recorrente atingiu 19,3%, estável quando comparado ao obtido em igual período do ano anterior.

Em 2019, o EBITDA Recorrente totalizou R\$ 289,6 milhões, aumento de 24,9% quando comparado a 2018, enquanto a Margem EBITDA Recorrente foi de 19,0% (+0,5 pp).

Reconciliação do LAJIDA (EBITDA) (R\$ MM)	4T19	4T18	Var. (%)	2019	2018	Var. (%)
Lucro (Prejuízo) Líquido	20,2	36,1	-44,0%	65,6	29,0	126,5%
IR e CS	11,2	9,8	14,2%	29,7	9,1	225,3%
Resultado Financeiro Líquido	8,1	5,5	48,1%	37,3	71,1	-47,5%
LAJIR	39,5	51,4	-23,1%	132,7	109,2	21,5%
Depreciação e Amortização	33,9	30,2	12,1%	133,9	124,8	7,3%
LAJIDA (EBITDA) inst. CVM 527/12	73,4	81,6	-10,1%	266,6	234,0	13,9%
Margem EBITDA	18,5%	24,3%	-5,8 p.p.	17,5%	18,5%	-1 p.p.
Ajustes não Caixa						
Varição no valor justo dos ativos biológicos	(1,2)	(27,1)	-95,6%	(10,4)	(28,2)	-63,2%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado por Eventos não Caixa	72,3	54,5	32,5%	256,2	205,8	24,5%
Eventos não recorrentes	4,4	9,9	-55,8%	33,4	26,1	27,8%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado Recorrente	76,6	64,4	18,9%	289,6	231,9	24,9%
Margem LAJIDA (EBITDA) Ajustada Recorrente	19,3%	19,2%	0,1 p.p.	19,0%	18,4%	0,6 p.p.

Lucro Líquido Recorrente

Apesar do crescimento na Receita Líquida, a queda no Valor Justo do Ativo Biológico e crescimento do IR e CSLL registrados no 4T19, impactaram o lucro líquido recorrente negativamente, que somou R\$ 24,6 milhões (-46,5%), em relação ao 4T18. Em 2019, o crescimento da Receita Líquida, devido a permuta da unidade de Chapa de Fibras de Botucatu e também a recuperação nos negócios de tintas e madeira, contribuiu para o desempenho positivo do lucro líquido recorrente que totalizou R\$ 81,1 milhões (+47,2%), comparando-se a 2018.

Dívida

A dívida líquida da Companhia, ao final de 2019, somou R\$ 414,7 milhões e representava 1,5 x o EBITDA recorrente anualizado.

Endividamento (R\$ MM)	2019	9M19	Var. (%)	2018	Var. (%)
Dívida de Curto Prazo	240,2	268,7	-10,6%	287,0	-16,3%
Dívida de Longo Prazo	193,0	176,3	9,4%	156,5	23,3%
Dívida Bruta	433,2	445,1	-2,7%	443,5	-2,3%
Disponibilidades	18,5	18,9	-2,1%	27,5	-32,8%
Dívida Líquida	414,7	426,2	-2,7%	416,1	-0,3%
% Dívida de curto prazo	55%	60%	-5 p.p.	65%	-10 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA Recorrente	1,5	1,5	-3,4%	1,8	-18,1%

Investimentos

Os investimentos realizados totalizaram R\$ 34,4 milhões no 4T19 e R\$ 122,6 milhões em 2019, destinados à manutenção das atividades industriais e florestais da Companhia. Para 2020, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 136,5 milhões, o que representa um crescimento de 11,3%, em relação a 2019, justificados pela aquisição de uma nova caldeira para a unidade Fibra Botucatu, sendo o restante aplicado na manutenção das fábricas e na implantação e manutenção das florestas da Companhia

Sustentabilidade

A sustentabilidade florestal da Eucatex é garantida por 51,5 mil hectares de florestas, todas localizadas no Estado de São Paulo.

A Companhia é reconhecida por praticar o desenvolvimento sustentável, sendo a primeira empresa do setor a conquistar a ISO 9001, em 2000. Possui certificação ISO 14001 e o Selo Verde, certificado concedido pelo *Forest Stewardship Council (FSC)*, que atesta o manejo de suas florestas de acordo com rigorosos padrões socioambientais e econômicos.

A Eucatex foi pioneira ao implantar a primeira linha de reciclagem de resíduos de madeira em escala industrial na América do Sul. A utilização de equipamentos de última geração permite que o material captado em um raio de, aproximadamente, 120 quilômetros de distância da unidade de Salto/SP seja utilizado como matéria-prima na produção de chapas e como biomassa para queima em suas caldeiras. A capacidade total de processamento é de 240 mil ton/ano o equivalente a, aproximadamente, 2 milhões de árvores, 470 mil m³ de madeira em pé ou 1.500 hectares de florestas plantadas. O investimento para manter esse volume de madeira, considerando um ciclo de sete anos, em terras e plantio, seria de, aproximadamente, R\$ 200 milhões. Além do aspecto “custo”, o processo de reciclagem de madeira evita que o material seja destinado a aterros sanitários das cidades.

Mercado de Capitais

As ações PN da Eucatex, listadas na B3 com código EUCA4, encerraram 2019 cotadas a R\$ 8,30. O valor de mercado da Companhia ao final do período era de R\$ 768,7 milhões, cerca de 58% do valor patrimonial.

Sobre a Eucatex

A Eucatex S.A. Indústria e Comércio completa 69 anos em 2020 e está entre as maiores produtoras brasileiras de pisos, divisórias, portas, painéis MDP/MDF/T-HDF, chapas de fibras de madeira e tintas e vernizes. Opera seis fábricas em Botucatu/SP, Salto/SP e Cabo de Santo Agostinho/PE, e emprega 2.742 funcionários. Seus produtos são exportados para mais de 37 países. Para mais informações, acesse o site www.eucatex.com.br/ri.

As afirmações contidas neste documento, relacionadas às perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas às probabilidades de crescimento da Eucatex são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, das condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, estão sujeitas a mudanças, sem aviso prévio.

Auditoria

A política do Grupo Eucatex em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se substancia nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar por seu cliente. Durante o 4T19, o Grupo Eucatex não contratou outros serviços da BDO RCS Auditores Independentes S.S.. Os indicadores operacionais e financeiros não foram objetos de auditoria pelos nossos auditores independentes.

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Notas	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	13	24	8.031	9.048
Títulos e valores mobiliários	7	259	210	10.435	18.437
Contas a receber de clientes	8	-	-	344.031	301.079
Estoques	9	-	-	261.710	251.234
Impostos a recuperar	10	2.252	1.854	44.851	39.220
Despesas antecipadas	-	1.177	49	13.550	7.245
Prejuízos não realizados	-	-	-	-	-
Outros créditos	12	3.557	712	2.571	1.373
Total do ativo circulante		7.258	2.849	685.179	627.636
Não circulante					
Contas a receber de clientes	8	-	-	24.741	28.338
Partes relacionadas	15	238.950	224.567	-	-
Impostos a recuperar	10	-	24	1.663	1.787
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	10.441	10.441	67.386	63.535
Ativos destinados a venda	-	-	-	207	221
Propriedade para investimento	13	-	-	25.554	25.620
Depósitos judiciais	-	959	923	7.650	6.479
Outros créditos	12	-	-	11.128	11.128
		250.350	235.955	138.329	137.108
Investimentos	14	1.311.026	1.246.151	-	-
Ativos biológicos	16	-	-	433.844	420.091
Imobilizado	17	881	881	1.027.723	1.001.215
Intangível	18	-	-	13.928	13.695
		1.311.907	1.247.032	1.475.495	1.435.001
Total do ativo não circulante		1.562.257	1.482.987	1.613.824	1.572.109
Total do ativo		1.569.515	1.485.836	2.299.003	2.199.745

* As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Notas	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	20	-	-	165.534	166.222
Empréstimos e financiamentos	19	26.741	23.889	240.166	286.999
Obrigações trabalhistas	21	-	-	29.872	28.671
Obrigações tributárias	22	1.965	6	18.147	18.806
Partes relacionadas	15	87.759	57.722	-	-
Tributos parcelados	23	3.442	20.566	8.127	25.116
Adiantamento de clientes		49	42	17.957	13.277
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	28	39.238	40.161	72.769	73.692
Provisão para perdas com investimentos	14	6.362	4.578	-	-
Contas a pagar	24	-	-	27.656	33.928
Passivos de arrendamentos	-	-	-	18.317	-
Total do passivo circulante		165.556	146.964	598.545	646.711
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	67.946	65.320	192.988	156.538
Tributos parcelados	23	6.891	8.200	29.046	11.193
Imposto de renda e contribuição social/diferido	27	2.387	2.387	113.624	104.417
Provisão para demandas judiciais	25	-	-	17.957	17.957
Passivos de arrendamentos	-	-	-	20.167	-
Total do passivo não circulante		77.224	75.907	373.782	290.105
Patrimônio líquido					
Capital social	28	488.183	488.183	488.183	488.183
Reservas de reavaliação	28	182.658	182.658	182.658	182.658
Reservas de lucros	28	569.330	503.647	569.330	503.647
Ajuste de avaliação patrimonial	28	89.781	89.781	89.781	89.781
Outros resultados abrangentes	28	(270)	1.643	(270)	1.643
Ações em tesouraria	28	(2.947)	(2.947)	(2.947)	(2.947)
Total do patrimônio líquido		1.326.735	1.262.965	1.326.735	1.262.965
Participação de não controladores		-	-	(59)	(36)
Total do patrimônio líquido e participação dos não controladores		1.326.735	1.262.965	1.326.676	1.262.929
Total do passivo e patrimônio líquido		1.569.515	1.485.836	2.299.003	2.199.745

* As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receita operacional líquida	31	-	-	1.525.780	1.262.329
Variação do valor justo dos ativos biológicos	16	-	-	10.378	28.204
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	32	-	-	(1.108.109)	(930.354)
Lucro bruto		-	-	428.049	360.179
Despesas e receitas operacionais					
Despesas com vendas	33	-	-	(208.422)	(180.390)
Despesas gerais e administrativas	33	(948)	(965)	(60.891)	(52.823)
Honorários da administração	15	(549)	(415)	(6.651)	(6.599)
Resultado de equivalência patrimonial	14	65.004	51.853	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33	(173)	(18.101)	(19.405)	(11.217)
		63.334	32.372	(295.369)	(251.029)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		63.334	32.372	132.680	109.150
Receita Financeira	35	13.496	418	105.652	47.293
Despesa Financeira	35	(9.240)	(5.614)	(142.988)	(118.347)
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social		67.590	27.176	95.344	38.096
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	27	(1.907)	(48)	(24.687)	(8.751)
Diferido	27	-	1.842	(4.997)	(374)
		(1.907)	1.794	(29.684)	(9.125)
Lucro líquido do exercício		65.683	28.970	65.660	28.971
Atribuível a:					
Acionistas controladores		65.683	28.970	65.683	28.970
Não controladores		-	-	(23)	1
Lucr líquido do período atribuído aos controladores		65.683	28.970	65.660	28.971
Lucro básico por ação no exercício - R\$		0,71	0,31	0,71	0,31
Valor patrimonial por ação no exercício - R\$		14,40	13,71	14,40	13,71

* As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Lucro líquido do exercício	65.683	28.970	65.660	28.971
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ajustes acumulados de conversão em controladas	(1.913)	740	(1.913)	740
Total resultado abrangente do exercício	63.770	29.710	63.747	29.711
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores	63.770	29.710	63.770	29.710
Não controladores	-	-	(23)	1
	63.770	29.710	63.747	29.711

* As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Reserva de reavaliação		Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado				
	Controladoras	Controladas	Legal	especial de dividendos							Expansão e investimento	A realizar		
Saldos em 1º de janeiro de 2018	486.183	(2.947)	201.682	239	24.941	-	295.418	139.134	903	89.781	-	1.237.334	(37)	1.237.297
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.970	1	28.971
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	740	-	740
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	740	-	-	28.970	1	29.711
Reserva legal	-	-	-	-	1.448	-	-	-	-	-	-	(1.448)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	30.468	-	-	-	(30.468)	-	-
Reserva de reavaliação realizada	-	-	(19.263)	-	-	-	-	-	-	-	-	19.263	-	-
Distribuição de dividendos mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.079)	-	(4.079)
Constituição de reserva para expansão e investimento	-	-	-	-	-	-	12.238	-	-	-	-	(12.238)	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	486.183	(2.947)	182.419	239	26.389	-	307.656	169.602	1.643	89.781	-	1.262.965	(36)	1.262.929
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65.683	-	65.683
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.913)	-	-	(1.913)	(23)	(1.936)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.913)	-	-	63.770	(23)	61.857
Reserva legal	-	-	-	-	3.284	-	-	-	-	-	-	(3.284)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	27.159	-	-	-	(27.159)	-	-
Reserva de reavaliação realizada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva especial de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.810)	-	(8.810)
Constituição de reserva para expansão e investimento	-	-	-	-	-	-	26.430	-	-	-	-	(26.430)	-	(26.430)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	486.183	(2.947)	182.419	239	29.673	8.810	334.086	196.761	(270)	89.781	(0)	1.326.735	(59)	1.326.676

* As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	67.590	27.176	95.344	38.096
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	-	-	71.296	65.530
Exaustão de ativos biológicos	-	-	62.631	59.301
Valor residual de imobilizado alienado	-	-	3.002	3.339
Valor da baixa de investimentos	-	-	79	(54)
Varição valor justo dos ativos biológicos	-	-	(10.378)	(28.204)
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	5.357	4.031	21.314	57.975
Provisão (Reversão) de obrigações e outros	(4.744)	689	(400)	913
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(65.004)	(51.853)	-	-
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Títulos e valores mobiliários	(49)	(49)	8.002	(5.146)
Contas a receber de clientes	-	-	(36.022)	(47.964)
Créditos com partes relacionadas	15.655	(80.359)	-	-
Estoques	-	-	(10.476)	(67.462)
Impostos a recuperar	(374)	27	(5.507)	(21.231)
Despesas antecipadas	(1.128)	(49)	(6.304)	(2.729)
Depósitos judiciais	(35)	112	(1.171)	1.341
Outros créditos	(2.845)	(712)	(1.198)	2.345
Fornecedores	-	-	(688)	25.850
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.959	(18)	(29.685)	2.249
Tributos parcelados	(18.313)	16.130	986	(1.039)
Adiantamento de clientes	7	-	4.680	390
Contas a pagar	1.784	(994)	(11.947)	7.868
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(140)	(85.869)	153.558	91.368
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Redução de capital em controladas	129	(1.032)	125	-
Acréscimo do imobilizado	-	-	(56.875)	(66.782)
Acréscimo do Ativo Biológico	-	-	(66.006)	(57.252)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	129	(1.032)	(122.756)	(124.034)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(330.966)	(291.647)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	-	85.238	299.147	326.352
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos	-	85.238	(31.819)	34.705
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(11)	(1.663)	(1.017)	2.039
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial em caixa e equivalentes de caixa	24	1.687	9.048	7.009
Saldo final em caixa e equivalentes de caixa	13	24	8.031	9.048
Rredução de caixa e equivalentes de caixa	(11)	(1.663)	(1.017)	2.039

* As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Demonstrações do Valor Adicionado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	-	-	1.932.097	1.592.443
Outras receitas	-	-	2.077	4.607
Provisão para perda com créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	-	-	(1.550)	(791)
			1.932.624	1.596.259
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	-	-	(755.579)	(592.797)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros operacionais	-	-	(592.359)	(473.294)
			(1.347.938)	(1.066.091)
Valor adicionado líquido produzido			584.686	530.168
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	-	-	(133.926)	(124.816)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia			450.760	405.352
Resultado de equivalência patrimonial	65.004	51.853	-	-
Outras receitas / recuperações	14.537	(14.586)	26.608	36.579
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	13.496	418	105.652	47.293
	93.037	37.685	132.260	83.872
Valor adicionado total a distribuir	93.037	37.685	583.020	489.224
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	549	415	182.586	158.554
Benefícios	-	-	52.588	50.785
FGTS	-	-	10.935	9.691
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	17.565	2.686	53.500	72.598
Estaduais	-	-	72.937	48.135
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	9.240	5.614	142.988	118.347
Aluguéis	-	-	1.803	2.144
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	-	4.079	-	4.079
Lucro líquido do exercício	65.683	24.891	65.683	24.891
	93.037	37.685	583.020	489.224

* As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Individuais e Consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31 de
dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Eucatex S.A. Indústria e Comércio e suas controladas “Companhia” é uma sociedade anônima de capital aberto com sede localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 11º andar Torre I, Itaim Bibi, São Paulo/SP.

As atividades das empresas da “Companhia” compreendem, principalmente, a produção para comercialização, no país e no exterior, de painéis de Madeira - MDF/THDF (*Medium Density Fiberboard/Thin High Density Fiberboard*) chapa de fibra (*Hardboard*) e MDP (*Medium Density Particleboard*), além da produção de produtos derivados, como Pisos Laminados, Portas para Construção Civil e Painéis de Divisória. As sociedades controladas diretas e indiretas atuam na produção e na comercialização de tintas imobiliárias, artefatos para construção civil e comercialização do excedente energético.

O capital social é representado por 31.257.700 ações ordinárias (EUCA3) e 61.361.556 ações preferenciais (EUCA4), totalizando 92.619.256 ações, negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”). Desse total, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 483.034 ações preferenciais em tesouraria. A Companhia possui 5 (cinco) unidades industriais e 29 mil hectares de florestas plantadas em 78 fazendas, localizadas no Estado de São Paulo.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi aprovada pela administração e Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2020.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias e principais práticas contábeis adotadas

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Demonstrações Contábeis

Consolidadas estão identificadas como “Consolidado” e as Demonstrações Contábeis Individuais da Controladora estão identificadas como “Controladora”.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurados ao valor justo.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como área plantada e número de unidades, entre outros, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

2.1. Continuidade operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

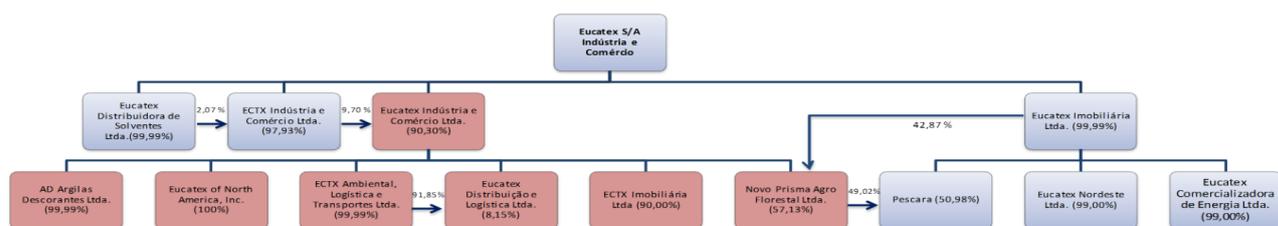
2.2. Demonstrações contábeis consolidadas

Controladas

Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores (Nota 14).

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as sociedades: Eucatex S. A. Indústria e Comércio e suas controladas diretas e indiretas conforme abaixo:

Descrição	% de participação em 31 de dezembro de 2019	% de participação em 31 de dezembro de 2018	Localização da sede	Atividade principal
Diretas				
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	90,30	90,30	São Paulo (SP)	Produção e comercialização de painéis de madeira(chapas de Fibra e MDP), além de produtos derivados como painéis de divisória, portas, pisos laminados, tintas imobiliárias, vernizes e lacas.
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	97,93	97,93	São Paulo (SP)	Produção e comercialização de tintas imobiliárias.
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	99,99	99,99	Salto (SP)	Comercialização de solventes.
Eucatex Imobiliária Ltda.	99,99	99,99	São Paulo (SP)	Atividade imobiliária - venda de terrenos.
Indiretas				
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	100,00	100,00	São Paulo (SP)	Atividade florestal - cultivo de florestas de eucalipto.
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	100,00	100,00	São Paulo (SP)	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares, madeira e produtos derivados.
ECTX Ambiental, Logística e Transporte Ltda.	99,99	99,99	São Paulo (SP)	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares, madeira e produtos derivados.
Eucatex North America, Inc.	100,00	100,00	Alpharetta (GA) EUA	Comercialização de artefatos de madeira.
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	99,00	99,00	São Paulo (SP)	Compra e venda de energia elétrica e outros agentes desse mercado.
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	99,00	99,00	Cabo de Santo Agostinho (PE)	Produção e comercialização de tintas, lacas, vernizes e corantes.
AD Argilas Descorantes Ltda.	99,99	99,99	São Paulo (SP)	Comercialização de argilas, tintas, lacas, vernizes, solventes, pisos laminados de madeira e seus acessórios, divisórias, portas de madeira e chapas de madeira.
ECTX Imobiliária Ltda.	90,00	90,00	São Paulo (SP)	Atividade imobiliária de venda e compra de imóveis próprios de terceiros.
Pescara Administração e Participações S/A.	100,00	100,00	Botucatu (SP)	Fabricação de madeira laminada e chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada



Nas operações entre as sociedades consolidadas foram eliminadas as participações recíprocas, os saldos de contas, as receitas e despesas e os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários, entre as Companhias, quando aplicável. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as sociedades consolidadas.

2.3. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmento de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a administração da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas.

2.4. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o Real, exceto pela *Eucatex of North America, Inc.* que é o dólar dos Estados Unidos da América (USD). O Real é a moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional da Companhia (Controladora), o Real ("R\$") utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados (ou, se não disponível, a taxa de câmbio do primeiro dia útil subsequente disponível). Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício ou período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Sociedades da Companhia

A controlada localizada no exterior possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa, financeira e operacional. Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos da variação cambial são registrados na conta de resultados abrangentes.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores há três meses ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato.

2.6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de disponíveis para negociação e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros.

2.7. Ativos financeiros

2.7.1. Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo.

Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

2.7.2. Reconhecimento e Mensuração

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento. Se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

2.7.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações contábeis apresentadas não contêm nenhuma compensação de instrumentos financeiros.

2.7.4. Redução de valor recuperável de ativos financeiros (*Impairment*)

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros

principal;

- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais, como condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecida (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.8. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente os efeitos de taxa de câmbio, visto que suas receitas são geradas em reais (“R\$”) e a Companhia possui compromissos significativos em dólares norte-americanos (“USD”).

De acordo com suas políticas de tesouraria, a Companhia não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins outros que não os de proteção. Quando contratados, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

2.9. Contas a receber de clientes

Referem-se na sua totalidade as operações de curto prazo e estão apresentadas por valores próximos aos seus valores presentes, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis.

A provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

2.10. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de compras ou produção inferiores ao seu custo de reposição ou aos valores de realização. Uma provisão para potenciais perdas é estabelecida quando itens são definidos como obsoletos ou morosos em quantidade superior àquela a ser utilizada, com base na estimativa da Administração quanto aos valores líquidos de realização.

2.11. Ágio

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma controlada, entidade com controle em conjunto, ou coligada, na respectiva data de aquisição.

O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas “Investimentos avaliados por equivalência patrimonial”, na controladora, e “Ágio”, no consolidado. O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de impairment anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por impairment é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. O ágio é alocado aos segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração.

Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio é incluído na determinação dos ganhos e perdas.

2.12. Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear com base na vida útil definida.

(a) Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico.

(b) Desenvolvimento e Implantação de sistemas (softwares)

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; (ii) A Administração pretende concluir o software e usá-lo; (iii) O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (iv) Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e (v) O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear, com base na taxa anual de 20%.

2.13. Propriedade para investimentos

A Companhia registra como propriedade para investimento, seguindo as premissas do CPC 28, que após o reconhecimento inicial, a Companhia determinou o método do custo, a qual refere-se à fazenda localizada na cidade de Salto denominada “Rancho Feliz”, com metragem aproximada de 1,4 milhões de m². Essa propriedade foi objeto de um contrato de parceria com empresas do setor imobiliário para realização de um projeto que visa venda de lotes residenciais e comerciais. (Nota 13).

2.14. Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 17. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício.

Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para impairment de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não adotaram a opção do custo atribuído (*deemed cost*), exceto para terrenos (fazendas), conforme CPC 27/IAS 16 (Interpretação Técnica – ICPC 10) por avaliarem que a vida útil econômica revisada para fins de depreciação melhor reflete o valor dos ativos (Nota 17).

2.15. Impairment de ativos não-financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

2.16. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são representados pelas reservas florestais e são reconhecidos ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita (Nota 16). Sua exaustão é calculada com base no corte das florestas.

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantios renováveis e são destinados para produção de chapas. Como resultado das melhorias nas técnicas de manejo florestal, incluindo a melhoria genética das árvores, o processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de sete anos.

Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, considerando a quantidade cúbica de madeira existente, segregada em anos de plantio, e os respectivos valores de venda de madeira em pé até o esgotamento das florestas. O preço médio líquido de venda foi estimado com base no preço estimado para eucalipto para o mercado local, baseado em estudo de mercado e amostras de algumas pesquisas de transações, ajustado para refletir o preço da "madeira em pé". Os volumes utilizados na avaliação foram calculados em função do incremento médio anual de cada região. A Companhia avalia seus ativos biológicos trimestralmente.

2.17. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro-rata temporis").

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas de acordo com o regime contábil de competência.

2.18. Contas a pagar a fornecedores e provisões

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Estas contas, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

2.19. Tributos sobre o lucro

São calculados com base no resultado do período ou exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto pela proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido, na rubrica “ajuste de avaliação patrimonial”.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados principalmente em diferenças temporárias entre os valores contábeis nas demonstrações contábeis e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa do ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pela Deliberação CVM nº 676/11. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos, não é provável, uma provisão para perda será constituída.

2.20. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.21. Benefícios aos empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis como participações nos lucros (PLR) que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício ou período, na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.22. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- a) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- b) Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Processos trabalhistas, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e divulgados;
- c) Obrigações legais são registradas na rubrica provisões para demandas judiciais.

2.23. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A Receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre sociedades do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Reconhecimento de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de produtos são reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados aos produtos.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido à medida que há expectativa de realização, usando o método da taxa de juros efetiva, pelo método do custo amortizado.

(c) Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Empresas da Companhia:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) 5% e 10%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 4% a 20%;
- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%;

Em 15 de março de 2017 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, assim a Companhia, amparada pelo posicionamento de seus assessores legais, a partir desta data, vem efetuando a apuração do PIS e COFINS excluindo o ICMS da base de cálculo, com base nos efeitos dessa decisão, tal decisão a depender da modulação poderá gerar passivos contingentes. Exceto, para as controladas – Eucatex Imobiliária Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., cujas alíquotas de PIS e COFINS destacamos:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;

Com relação a *Eucatex of North America Inc.* (“ENA”), situada em Alpharetta (GA) – EUA, a tributação ocorre em consonância com a legislação tributária local.

Esses encargos são representados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

2.24. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.25. Lucro por ação – básico

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações preferenciais e ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento contábil CPC 41 / IAS 33.

A Companhia não possui títulos conversíveis em ações que pudessem ter efeito de diluição.

2.26. Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras, utilizadas para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos dos contratos de arrendamento operacional são registrados no custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos, sendo um total de 57 fazendas arrendadas em 31 de dezembro de 2019 e 48 fazendas em 31 de dezembro de 2018.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação, sendo depreciados pelas taxas informadas na Nota 17.

2.27. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, ao final de cada exercício, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no estatuto social da Companhia. Conforme previsto no estatuto social, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, atribuindo seus valores como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.28. Ativo não circulante mantido para a venda e resultado de operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos. Desta forma, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por *impairment* é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida. A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para a venda.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, quando aplicável.

2.29. Novas normas contábeis, alterações e interpretações

O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

(a) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

Norma CPC 06 / IFRS 16 – Leases (Arrendamento mercantil) - Operações de Arrendamento Mercantil. Esta norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Esta norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia reconhece a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos muda porque a Companhia passa a reconhecer uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento. A Companhia identificou os impactos da norma e adotou sem atualização das informações comparativas dos arrendamentos.

A nova norma fornece expedientes práticos, cuja, a eleição é opcional. A Companhia adotou os seguintes expedientes práticos:

- 1) Não reavaliou se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial, em vez disso, aplicou o CPC 06 (R2) a contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4);
- 2) Não separou componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento considerando-os, então, como um único componente de arrendamento;
- 3) Não registrou os contratos com prazo superior a 12 meses, que na data de transição, se encerrarão dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- 4) Não registrou contratos de baixo valor;
- 5) Excluiu custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial;
- 6) Fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e
- 7) Aplicou uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como prazo de arrendamento remanescente similar, classes similares de ativos subjacentes em ambiente econômico similar).

Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos (como, por exemplo, um contrato de locação de máquinas e/ou equipamentos com partes dos pagamentos baseados na produtividade do ativo) não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. A Companhia tem reconhecido em 31 de dezembro de 2019 um ativo de direito de uso no montante de R\$ 33.330 (R\$ 39.238 em 01/01/2019) no consolidado, um passivo circulante de arrendamento de R\$ 18.317 (R\$ 15.940 em 01/01/2019) no consolidado e um passivo não-circulante de arrendamento de R\$ 20.167 (R\$ 19.300 em 01/01/2019) no consolidado. A Companhia adotou esta norma em 01/01/2019 sem atualização das informações comparativas, bem como aplicou a norma para todos os contratos celebrados antes de 01/01/2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

Ativos de direitos de uso:

	Consolidado				
	Terras	Edifícios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 01/01/2019	14.417	4.099	19.222	1.500	39.238
Adições (baixas)	10.493	(635)	(4.888)	8.571	13.541
Depreciação no período (Resultado)	-	(1.950)	(6.764)	(1.244)	(9.958)
Depreciação no período (*)	(9.491)	-	-	-	(9.491)
Saldo em 31/12/2019	15.419	1.514	7.570	8.827	33.330

(*) Valor contabilizado no custo de formação de florestas na rubrica do ativo biológico

Passivos de arrendamentos:

	Consolidado				
	Terras	Edifícios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 01/01/2019	14.417	4.099	19.222	1.500	39.238
Adições (baixas)	8.697	(358)	(3.391)	8.740	13.688
Juros apropriados no período (Resultado)	-	212	4.062	1.724	5.998
Juros apropriados no período (*)	5.803	-	-	-	5.803
Baixa por pagamento	(11.539)	(2.116)	(10.091)	(2.497)	(26.243)
Saldo em 31/12/2019	17.378	1.837	9.802	9.467	38.484

(*) Valor contabilizado no custo de formação de florestas na rubrica do ativo biológico

O passivo de locação total reconhecido no balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2019 e o compromisso de locação operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2019, estão brutos de PIS/COFINS, que correspondem o montante de R\$ 2.036 em 31 de dezembro de 2019.

Para fins de atendimento ao que requer o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, de 18/12/2019, o passivo de arrendamento de direito de uso também foi mensurado considerando inflação futura projetada, apresentando a seguinte composição:

Descrição	Fluxo Inflacionado			
	2020	2021	Demais anos	Total
Terrenos	5.290	5.290	26.449	37.028
Equipamentos	6.921	6.921	-	13.841
Veículos	6.078	6.078	-	12.156
Edifícios	1.141	1.141	-	2.281
Outros	504	504	-	1.008
Total Geral	19.933	19.933	26.449	66.315

Outras normas contábeis, alterações e interpretações com vigência a partir de 01/01/2019:

- **Emissão da interpretação IFRIC 23 – Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda.** Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando

em/ou após 1/01/2019. A Companhia avaliou a adoção da norma e não há efeitos relevantes nas informações contábeis intermediárias;

- **Alteração da norma IAS 19 – Alterações no plano em casos de redução ou liquidação.** Esclarece aspectos de mensuração e reconhecimento no resultado de efeitos de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia não espera impactos em possíveis eventos futuros de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2020 ou após, que ainda não tiveram as devidas alterações nas normas contábeis brasileiras e em seus respectivos pronunciamentos, e a Companhia apresenta abaixo a avaliação dos impactos da adoção destas normas em suas Demonstrações Contábeis:

- **Alteração da norma IFRS 3 – Definição de negócio.** Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos.

- **Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 – Definição de materialidade.** Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

- **Alteração das normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma da taxa de juros.** Esclarece aspectos relacionados a taxa de juros em instrumentos financeiros de hedge. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

- **Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante.** Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Nas informações contábeis intermediárias foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. Estas estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias, elaborados com a utilização das informações disponíveis na data.

Portanto, as informações contábeis intermediárias incluem várias estimativas. As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

• Valor justo do ativo biológico

A Companhia adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com os métodos estabelecidos pelo CPC 29 / NBC TG 29 (R2) / IAS 41. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações contábeis da Companhia. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas, como preço de venda, quantidade e cúbica de madeira podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente na valorização ou desvalorização desses ativos.

• Recuperação de ativo imobilizado

Com base em fluxos de caixa futuros a Companhia avalia a capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas suas atividades e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

• Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão a compensação desses ativos são baseadas nas projeções da Administração, que são revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

• Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de

inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

4. Combinações de negócios

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios que não estão sob controle comum. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Geralmente, todos os ativos adquiridos e passivos incorridos e passivos contingentes assumidos são mensurados, inicialmente, a valor justo a partir da data de aquisição. A Companhia reconhece qualquer participação de não-controladores na adquirida em uma aquisição numa base de aquisição, ou a valor justo ou parte proporcional da participação dos não-controladores dos montantes registrados dos ativos líquidos. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio. Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como 'Ganho de barganha'.

A Companhia, e as suas controladas conforme indicado, realizou a seguinte combinação de negócio durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 01 de outubro de 2018 a Companhia recebeu da Duratex instalações e equipamentos destinados à produção de chapas finas de fibra de madeira (processo úmido), que estão localizados no Município de Botucatu, Estado de São Paulo, onde já possui sua unidade de MDP e Pisos Laminados e a maioria do seu ativo florestal, na troca a Duratex recebeu do Grupo Eucatex uma fazenda denominada "Fazenda Vitoria", localizada no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo. Esta fazenda se situa atualmente fora do raio ideal para o uso em suas unidades fabris, localizadas em Salto e Botucatu, Estado de São Paulo.

Os ativos e passivos adquiridos na troca de ativos com a Duratex assumido nessa combinação de negócios foram mensurados pelo seu valor justo, conforme demonstrado abaixo:

Valor justo	Pescara Administração e Participações S/A.
Circulante	8.361
(-) Estoques	8.361
Não circulante	39.057
(-) Imobilizado	39.057
Total do Ativo	47.418
Total do Passivo	-
Ativos e Passivos Líquidos	47.418
Preço da aquisição	60.893
Ágio gerado na operação	13.475

5. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

5.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis:

Consolidado	Valor contábil Controladora		Valor justo Controladora		Valor contábil Consolidado		Valor justo Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	13	24	13	24	8.031	9.048	8.031	9.048
Títulos e valores mobiliários	259	210	259	210	10.435	18.437	10.435	18.437
Contas a receber, líquidas - circulante e não circulante	-	-	-	-	368.772	329.417	368.772	329.417
Total	272	234	272	234	387.238	356.902	387.238	356.902
Passivos Financeiros	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos - circulante e não circulante	94.687	89.209	110.168	89.209	433.154	443.537	448.635	457.757
Contas a pagar e fornecedores - circulante e não circulante	-	-	-	-	193.190	200.150	193.190	200.150
Total	94.687	89.209	110.168	89.209	626.344	643.687	641.825	657.907

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não

em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- a) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos;
- b) A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40(R1) / NBC TG 40(R2) / IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos financeiros de nível 1 e 2.

O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

5.2 Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

A Companhia possui instrumentos financeiros de nível 1 e 2 e a mensuração do valor justo é derivado de outros insumos cotados incluídos no nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).

31/12/2018	Controladora		Consolidado	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativo circulante				
Ações	193	-	752	-
Aplicações financeiras	-	17	-	17.686
Total	193	17	752	17.686
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	23.889	-	286.999
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	65.320	-	156.538
Total	-	89.209	-	443.537

31/12/2019	Controladora		Consolidado	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativo circulante				
Ações	245	-	783	-
Aplicações financeiras	-	14	-	9.652
Total	245	14	783	9.652
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	26.741	-	240.166
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	67.946	-	192.988
Total	-	94.687	-	433.154

5.3 Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, derivativos e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e estão adequados e se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, para linhas de empréstimos e financiamentos nacionais e aplicações financeiras em moeda nacional, que utiliza a variação do CDI. Para linhas de crédito em moeda estrangeira os principais riscos estão associados à variação cambial e a variação da taxa libor.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos e financiamentos a Companhia possui linhas de FINAME, Capital de Giro, SACE, CCE/Real, Pré-Pagamento de Exportação e Adiantamentos de Contrato de Câmbio – ACC e CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio),

todas se apresentam divulgadas pelo valor de mercado. As aplicações em CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos, não apresentam diferenças significativas para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cujo o DI acumulado para o período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 5,94% e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Consolidado	Saldo	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira posição 31/12/2019	9.642	CDI	5,94%	4,46%	2,97%
			573	430	286
Consolidado	Saldo	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira posição 31/12/2018	17.676	CDI	6,40%	4,80%	3,20%
			1.131	848	566

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas o qual a Companhia está exposta na data base de exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e nas taxas de câmbio (US\$) vigentes em 31 de dezembro de 2019, foi definido o cenário provável que impactaria os resultados futuros, e a partir deste calculadas as variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para ser liquidado a partir de 2020. A data base utilizada para os empréstimos e financiamentos foi 31 de dezembro de 2019 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Consolidado		Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Correção da TJLP				5,57%	6,98%	6,96%	8,73%	8,36%	10,47%
Financiamentos – Finame	TJLP	60	556	3	39	4	49	5	58
Variação cambial				10,00%	10,00%	12,50%	12,50%	15,00%	15,00%
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	US\$/EURO	181.638	254.787	18.164	25.479	22.705	31.848	27.246	38.218
Alteração no CDI				5,94%	6,40%	7,43%	8,00%	8,91%	9,60%
Empréstimos e Financiamentos em reais	CDI	251.456	188.194	14.936	12.044	18.683	15.056	22.405	18.067

5.4 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado no seu vencimento, estando contabilizado a valor justo quando existentes, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

As operações de swap contratadas têm a finalidade de reduzir os efeitos do custo de captação já que trata-se de opções pelas quais os prêmios já foram pagos na data de desembolso das NCEs – Notas de crédito à exportação. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos na modalidade “Swap” fluxo de caixa a termo, correspondente aos contratos de empréstimos com o Banco ABC Brasil no montante principal de R\$ 5 milhões, sendo o valor justo a pagar em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 162 mil.

Valor da operação	Posição Companhia	Posição Banco	Vencimento	Valor Justo em 31/12/2019
R\$ 5.000	CDI + 3,20% a.a.	Var. Dólar + 4,50% a.a.	19/08/2021	(162)
<u>5.000</u>				<u>(162)</u>

5.5 Fatores de risco financeiro

A Companhia considerando suas controladas diretas e indiretas estão expostos a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

A Administração da Companhia e suas controladas dispõe de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pela Companhia têm como propósito a proteção de suas dívidas, considerando que não são realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos alavancados.

a) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual

necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia monitora, periodicamente, a exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, sendo que a mesma adota a política de efetuar hedge somente para os vencimentos de curto prazo.

Está demonstrada a seguir a exposição consolidada, por moeda, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos, fornecedores e das disponibilidades:

Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros		
derivativos:		
Dólar norte-americano	(179.170)	(246.455)
Euro	(2.468)	(8.332)
Total (1)	(181.638)	(254.787)
Fornecedores a pagar:		
Dólar norte-americano	(1.252)	(1.494)
Euro	(553)	(3.148)
Total (2)	(1.805)	(4.642)
Caixa e equivalentes de caixa e conta a receber:		
Dólar norte-americano	40.084	24.312
Euro	-	14
Total (3)	40.084	24.326
Exposição líquida (1 + 2 -3):		
Dólar norte-americano	(140.338)	(223.637)
Euro	(3.021)	(11.466)
Total	(143.359)	(235.103)

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições que considera sólida.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Riscos ambientais

Atividade florestal/industrial

A divisão florestal declara em sua política ambiental, que assume princípios em suas ações para preservação e conservação do meio ambiente e na sua “Missão, Visão e Valores” o bom relacionamento com as comunidades do entorno.

Poluição do ar: controlada e verificada por meio de medições periódicas realizadas nas máquinas, equipamentos e geradores que desenvolvem as atividades florestais, cumprindo os níveis determinados por lei estadual.

Recursos hídricos:

Quantidade: por meio da obtenção da outorga de uso de água, é controlado o volume utilizado e descartado nos efluentes.

Qualidade: realizadas amostragens e análises periódicas no montante, efluentes e jusante, comparando com padrões de legislação federal e estadual, a captação de água para abastecimento das fábricas obedece à legislação ambiental de cada localidade e às licenças de operação das Unidades. Cabe destacar que em decorrência de uma possível crise hídrica, a Companhia adotou medidas que visam mitigar os riscos da falta de abastecimento de água em suas dependências.

Conservação dos solos: Realizados monitoramentos mensais, e posterior tomada de ações para mitigar possíveis impactos negativos causados pelas atividades florestais.

Ativos florestais: por meio de rondas diárias e monitoramentos são realizados controles para proteção contra pragas, incêndios e plantas daninhas.

Biodiversidade: São mantidas matas naturais, entremeadas com plantios de eucalipto, em cumprimento a legislação federal nas formas de APP (Área de Preservação Permanente) e reserva legal.

Resíduos e rejeitos: O armazenamento, descarte e controle é realizado por meio de gestão de resíduos que permite dar destino correto à todos os resíduos gerados nas atividades florestais, para empresas habilitadas e licenciadas pelo órgão ambiental, seguindo as legislações estaduais e federais.

Comunidades do entorno: Abertura de canal de diálogo participativo com as comunidades diretamente afetadas pelas atividades florestais, três meses antes de iniciar os trabalhos para levantamento dos impactos positivos e negativos da atividade na comunidade e possíveis forma de mitigação, por meio de geração de emprego, educação ambiental, entre outros.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. A Companhia possui linhas de crédito aprovadas com instituições financeiras para capital de giro.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

31/12/2019	Curto Prazo	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Fornecedores	165.534	-	-	-	-	-	165.534
Empréstimos e financiamentos	240.166	43.830	-	44.513	44.513	13.589	386.611
Contas a pagar	27.656	-	-	-	-	-	27.656
Total	433.356	43.830	-	44.513	44.513	13.589	579.801

31/12/2018	Curto Prazo	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Fornecedores	166.222	-	-	-	-	-	166.222
Empréstimos e financiamentos	286.999	43.745	45.401	35.240	19.089	13.063	443.537
Contas a pagar	33.928	-	-	-	-	-	33.928
Total	487.149	43.745	45.401	35.240	19.089	13.063	643.687

A projeção orçamentária para os próximos exercícios aprovada pelo Conselho de Administração demonstra capacidade de cumprimento das obrigações, caso este seja concretizado.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos (Nota 19) deduzidos pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários (Nota 6 e 7) e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Eucatex é assegurar a disponibilidade de linhas de crédito visando fazer face à manutenção da liquidez e a obtenção de taxas de juros compatíveis com a sua atividade, visando maximizar o retorno ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	94.687	89.209	433.154	443.537
(-) Caixa e equivalente de caixa e TVM	(272)	(234)	(18.465)	(27.485)
Dívida líquida	94.415	88.975	414.689	416.052
Patrimônio líquido	1.326.735	1.262.965	1.326.676	1.262.929
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.421.150	1.351.940	1.741.365	1.678.981
Índice de alavancagem financeira	7%	7%	31%	33%

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Numerários	-	-	365	348
Bancos conta movimento	13	24	7.666	8.700
Total	13	24	8.031	9.048

Caixa e equivalente de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos imediatamente disponíveis, as aplicações financeiras em investimentos com risco insignificante de alteração de valor em reais indexadas à taxa dos certificados de depósitos interbancários (taxa "DI" ou "CDI") com prazo inferior a três meses.

7. Títulos e valores mobiliários

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ações	245	193	783	751
Título de capitalização	-	-	10	10
Aplicações em CDB	14	17	9.642	17.676
Total	259	210	10.435	18.437

Os registros efetuados nesta rubrica referem-se a títulos e aplicações financeiras em investimentos de baixo risco disponíveis para negociação, representado principalmente por certificados de depósitos bancários remunerados com base na variação do CDI.

Investimentos de curto prazo – CDB

Nesta rubrica estão registrados os títulos e aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, representado principalmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remunerados com base na variação do rendimento médio de Depósito Interbancário (CDI) de 100%.

8. Contas a receber de clientes

Descrição	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Cientes nacionais	376.911	358.706
AVP de clientes	(589)	(2.440)
Cientes exterior	40.084	24.312
Cessão de crédito (1)	(39.222)	(44.308)
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	(8.412)	(6.853)
Total	368.772	329.417
Ativo circulante	344.031	301.079
Ativo não circulante	24.741	28.338
Total	368.772	329.417

(1) O montante de R\$ 39.222 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 44.308 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à cessão de crédito junto às instituições financeiras, nas modalidades “sem” qualquer direito de regresso e coobrigação, exceto pelo não cumprimento de condições comerciais inerentes ao processo de venda. Em 31 de dezembro de 2019 não há qualquer ato ou fato que possa ensejar opção pela devolução ou o não pagamento de qualquer dos créditos. Os juros médios incidentes nesta operação são de 0,76% a.m., registrados na rubrica “Despesas financeiras”.

Conforme informado na Nota 19 – empréstimos e financiamentos, a Companhia possui aproximadamente 50% do saldo de duplicatas a receber de clientes nacionais oferecidos como garantia na obtenção de empréstimos e financiamentos.

a) A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	366.281	324.499
Vencidos até 30 dias	2.178	4.684
Vencidos de 31 a 60 dias	426	1.392
Vencidos de 61 a 90 dias	88	367
Vencidos de 91 a 180 dias	281	753
Vencidos a mais de 180 dias	8.519	7.015
TOTAL	377.773	338.710

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito de acordo com o perfil analisado com base em informações financeiras e dados do SERASA e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A provisão para “perda

estimada com créditos de liquidação duvidosa” foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

b) Movimentação da PECLD – Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	(6.853)	(6.055)
Adições	(1.708)	(1.101)
Baixas	149	303
Saldo Final	(8.412)	(6.853)

c) Movimentação do AVP – Ajuste a valor presente:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	(2.440)	(801)
Adições	(160)	(1.888)
Baixas	2.011	249
Saldo Final	(589)	(2.440)

9. Estoques

Descrição	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	135.868	122.879
Produtos semi-acabados	30.275	29.863
Mercadoria para revenda	123	169
Produtos em elaboração	10.757	7.867
Matéria-prima	38.509	49.317
Almoxarifado e outros	46.178	41.284
Adiantamento fornecedores	-	(145)
Total	261.710	251.234

Provisões para perdas no grupo de estoques: São constituídas provisões para cobrir eventuais perdas com itens de baixa movimentação e sem previsão de uso definido por meio do programa de vendas. Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, não havia saldos de perda em estoque.

A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

10. Impostos a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Impostos sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS) (1)	111	112	7.566	7.292
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	-	-	171	166
PIS/COFINS (3)	-	43	326	43
IRPJ/CSLL - Corrente (2)	2.141	1.723	5.945	6.171
Outros impostos	-	-	32.506	27.335
Total	2.252	1.878	46.514	41.007
Circulante	2.252	1.854	44.851	39.220
Não circulante	-	24	1.663	1.787
Total	2.252	1.878	46.514	41.007

(1) Representado, principalmente, pelos créditos relativos às aquisições de ativo imobilizado e encargos financeiros, com relação a créditos de ativo imobilizados são utilizados no setor produtivo, descontados a valor presente, os quais estão sendo utilizados à razão mensal de 1/48 avos, conforme legislação fiscal vigente.

(2) Os valores de IRPJ/CSLL correspondem a valores recolhidos por estimativas e serão amortizados pela apuração anual do IRPJ e CSLL.

(3) Foi transitado em julgado a decisão acolhendo a pretensão da Companhia e de sua Controlada ECTX Indústria e Comércio Ltda. de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com efeito a partir de 2003. O crédito relativo a ECTX Ind. e Com. Ltda foi levantado e habilitado e foram contabilizados até o momento o montante de R\$ 40.133 da COFINS com base na referida ação judicial em créditos extemporâneos a serem compensados com débitos futuros de impostos pela Companhia. O registro dos créditos extemporâneos da COFINS foi alocado no balanço patrimonial na rubrica de "Tributos a Recuperar" no ativo circulante, com a contrapartida no resultado da Companhia nas rubricas "Outras receitas (despesas) líquidas no montante de R\$ 22.240 e "Receita financeira" no montante de R\$ 17.893.

A Administração está fazendo o levantamento dos seus créditos da Eucatex S.A. Indústria e Comércio do período de 1992 a 2017 e há dúvida no tocante qual a metodologia de cálculo a utilizar para realizar habilitação perante a RFB. Em que pese a existência do trânsito em julgado, ainda há o risco de ser aceita a modulação de efeitos da decisão pelo STF. Uma vez que o crédito não foi habilitado a Companhia decidiu não efetuar o registro do crédito e está envidando esforços para concluir os cálculos o quanto antes. Após a habilitação do crédito será realizado o registro contábil.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinados pontos, e requereu a modulação

dos efeitos da decisão, o que pode limitar a produção dos seus efeitos para os contribuintes.

A Companhia enfatiza, contudo, que, em função da possibilidade de que o STF entenda como presentes os requisitos para aplicação de modulação ao caso, e de que a aplicação de tal instrumento resulte na limitação dos efeitos da decisão já proferida, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações. A depender, portanto, dos termos da modulação, conforme definidos pelo STF, tal reavaliação poderá resultar na necessidade de constituição de provisões passivas sobre este tema no futuro, atualizadas com multa e juros.

A compensação dos créditos fiscais de PIS e COFINS serão efetuadas por meio de procedimento administrativo, cuja autoridade fiscal tem o prazo legal para executar o seu direito de fiscalizar a companhia ou existir a homologação por prescrição.

Prazo de realização do ICMS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	12	-	937
2021	-	12	861	737
2022	-	-	529	113
2023	-	-	273	-
Total	-	24	1.663	1.787

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$ 67.386 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 63.535 em 31 de dezembro de 2018), refere-se a valores de imposto de renda e contribuição social diferido correspondente ao saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Administração com base em seu orçamento estima que os créditos fiscais sejam realizados em um prazo de quatro anos, conforme abaixo:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2019		2.734		16.634
2020	1.281	3.031	8.268	18.447
2021	1.554	3.666	10.031	22.308
2022	1.690	1.010	10.906	6.146
2024	1.754	-	11.321	-
2025	1.912		12.342	
2026	2.250	-	14.518	-
Total	10.441	10.441	67.386	63.535

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL. O Prejuízo Fiscal em 31 de dezembro de 2019 na controladora era de R\$ 30.709 e no consolidado era de R\$ 198.194 sobre o qual foi constituído o valor de 34%. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pela Deliberação CVM nº 676/11. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos, não é provável, uma provisão para perda será constituída.

12. Outros créditos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Precatórios a receber (1)	-	-	11.128	11.128
Adiantamento de folha de pagamento	-	-	592	1.343
Créditos diversos	3.557	712	1.979	30
Total	3.557	712	13.699	12.501
Circulante	3.557	712	2.571	1.373
Não circulante	-	-	11.128	11.128
Total	3.557	712	13.699	12.501

(1) Refere-se a créditos precatórios adquiridos pela Companhia em 2006, 2007 e 2010, respectivamente contra a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), oriundos de uma ação de desapropriação, Processo nº 87.101.1358-4 perante a 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná e precatórios oriundo do processo junto a 11ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, cuja ação foi julgada procedente e transitada em julgado, oriundo do Precatório nº 04688/08, Ordem Cronológica nº 1124/09 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, expedido em favor da Associação dos Aposentados e Pensionistas da VASP.

13. Propriedade para investimento

O saldo de R\$25.554 em 31 de dezembro de 2019 (R\$25.620 em 31 de dezembro de 2018), o qual está registrado a custo, refere-se a uma fazenda localizada na cidade de Salto denominada "Rancho Feliz", com metragem aproximada de 1,4 milhões de m². Essa propriedade foi objeto de um contrato de parceria com as empresas Cipasa Desenvolvimento Urbano S/A, Scopel Desenvolvimento Urbano S/A, Prata Empreendimentos Imobiliários e Construção Civil Salto S/A todas do setor imobiliário, para realização de um projeto visando à venda de lotes residenciais e comerciais.

A área a ser comercializada, após realização da infraestrutura, será de aproximadamente 800 mil m². O VGV (Valor Geral de Vendas) equivalente a um montante estimado do projeto de R\$250 milhões e o Grupo terá 38% livre de ônus sobre esse total, cujo valor presente representará um montante entre R\$60 e R\$70 milhões.

Uma vez que o projeto depende da liberação de órgãos públicos para seu início, estima-se que o prazo para realização da receita se dará ao longo de sete anos. A Companhia mantém os registros contábeis ao valor de custo na data base de 31 de dezembro de 2019.

14. Investimentos

Conforme demonstrado no organograma (Nota 2.2) a Companhia participa de diversas outras empresas as quais estão segregadas para melhorias das atividades operacionais. Abaixo demonstramos as participações e os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Os lucros não realizados nas vendas de controladas para a controladora foram eliminados no cálculo da equivalência patrimonial.

a) Informações relativas às controladas

Descrição	Participações diretas						Resultado da equivalência patrimonial		Investimentos		
	País Sede	Milhares de ações ou quotas	Porcentagem (%)	Capital social	Lucro (prejuízo) do período	Patrimônio líquido	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Diretas											
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	Brasil	85.895	97,93	103.990	36.200	133.714	35.452	16.650	130.948	95.679	
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	Brasil	899	99,99	899	624	1.287	624	227	1.287	667	
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	Brasil	554.319	90,30	564.406	34.667	683.846	31.304	18.208	617.531	587.953	
Eucatex Imobiliária Ltda.	Brasil	279.432	99,99	279.432	(2.376)	554.898	(2.376)	16.768	554.898	557.274	
Subtotal							65.004	51.853	1.304.664	1.241.573	
Investimentos reclassificados para o passivo - (Provisão para perda com investimentos)									6.362	4.578	
Total							65.004	51.853	1.311.026	1.246.151	
Participações indiretas											
Descrição	País Sede	Milhares de ações ou quotas	Porcentagem (%)	Capital social	Lucro(prejuízo) em 31/12/2019	Lucro(prejuízo) em 31/12/2018	Patrimônio líquido em 31/12/2019	Patrimônio líquido em 31/12/2018			
Eucatex of North America, Inc.	EUA	100	100,00	177	6.893	3.737	16.709	8.835			
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	Brasil	25.045	100,00	25.045	2.918	(4.317)	34.955	32.038			
ECTX Ambiental, Logística e Transporte Ltda.	Brasil	100	100,00	100	5.043	(1.006)	37.026	31.982			
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	Brasil	265.635	57,13	265.635	(13.669)	21.678	464.823	478.492			
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	Brasil	100	99,00	100	(299)	233	422	720			
Eucatex Nordeste Ind e Com Ltda.	Brasil	100	99,00	100	(1.802)	(294)	(6.391)	(4.589)			
AD Argilas Descorantes Ltda.	Brasil	5.223	99,99	5.223	-	-	(35)	(35)			
ECTX Imobiliária Ltda.	Brasil	1	90,00	1	-	-	1	-			
Pescara Administração e Participações S/A.	Brasil	47.419	100,00	47.418	(1.231)	1	46.188	47.419			

b) Movimentação dos investimentos na controladora:

Diretas	Saldo em 31/12/2017	Equivalência patrimonial	Variação cambial	Saldo em 31/12/2018
ECTX Industria e Comércio Ltda.	78.959	16.650	-	95.609
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	439	227	-	666
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	569.077	18.208	740	588.025
Eucatex Imobiliária Ltda.	540.505	16.768	-	557.273
	1.188.980	51.853	740	1.241.573
Investimentos reclassificados para o passivo - (Provisão para perda com investimentos)	4.286	-	-	4.578
Total	1.193.266	51.853	740	1.246.151

Diretas	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Variação cambial	Saldo em 31/12/2019
ECTX Industria e Comércio Ltda.	95.679	35.452	(183)	130.948
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	667	624	(4)	1.287
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	587.953	31.304	(1.726)	617.531
Eucatex Imobiliária Ltda.	557.274	(2.376)	-	554.898
	1.241.573	65.004	(1.913)	1.304.664
Investimentos reclassificados para o passivo - (Provisão para perda com investimentos)	4.578	-	-	6.362
Total	1.246.151	65.004	(1.913)	1.311.026

15. Partes relacionadas

a) Transações com sociedades relacionadas

Descrição	Controladora			
	Contratos de partes relacionadas – ativos		Contratos de partes relacionadas- passivos	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Eucatex S.A.	-	-	36	-
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	1.696	1.696	-	-
<i>Eucatex of North America Inc.</i>	-	-	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	-	-	309	309
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	3.352	-	-	-
AD Argilas Descorantes Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	46	29	1.817	1.816
Eucatex Ambiental, Logística e Transportes Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Imobiliária Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	-	-	38	20
Eucatex Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	238.856	222.842	85.559	55.577
Pescara Administração e Participação S/A	-	-	-	-
Total	238.950	224.567	87.759	57.722
Circulante	-	-	87.759	57.722
Não circulante	238.950	224.567	-	-
Total	238.950	224.567	87.759	57.722

Descrição	Consolidado			
	Receitas - juros de partes relacionadas		Despesas - juros de partes relacionadas	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Eucatex S/A Indústria e Comércio.	10.230	110	-	105
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	-	-	-	-
<i>Eucatex of North America Inc.</i>	-	-	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	2.060	422	93	57
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	4.036	7	270	253
AD Argilas Descorantes Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	209	12	650	178
Ecat Ambiental Logística e Transportes Ltda.	1	-	321	79
Eucatex Imobiliária Ltda.	93	27	437	14
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	32	17	1.330	1.016
Eucatex Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	305	152
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	2.868	1.785	15.691	525
Pescara Administração e Participação S/A	44	1	476	2
Total	19.573	2.381	19.573	2.381

Descrição	Consolidado			
	Compras matérias-primas e insumos		Receitas de vendas	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Eucatex S/A Indústria e Comércio.	2	-	-	-
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	-	-	-	-
<i>Eucatex of North America Inc.</i>	-	-	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	24	8	61.701	81.233
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	85.932	6.038	102.146	14.195
AD Argilas Descorantes Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	107.541	150.999	206	-
Ecat Ambiental Logística e Transportes Ltda.	16	8	10.519	8.969
Eucatex Comercial e Logística Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Imobiliária Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	7.161	8.807	-	4
Eucatex Comercializadora de Energia Ltda.	1.869	-	21.597	3.793
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	108.409	107.069	104.236	164.735
Pescara Administração e Participação S/A	-	-	10.549	-
Total	310.954	272.929	310.954	272.929

As transações realizadas entre as sociedades relacionadas referem-se, substancialmente, a compras e vendas de produtos efetuados com preços, prazos e condições definidas entre as partes. Estas operações são realizadas entre a

controladora e suas controladas, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação.

As principais transações envolvendo a Companhia e suas controladas referem-se ao fornecimento de chapas de madeira para *Eucatex of North America Inc.* e de pisos, portas e tintas e vernizes para Eucatex Distribuição e Logística Ltda. Já em relação às compras de insumos a Novo Prisma Agro-Florestal Ltda. é fornecedora de madeira em pé para as controladas Eucatex Indústria e Comércio Ltda. e ECTX Indústria e Comércio Ltda.

Transações com outras partes relacionadas – não consolidadas

Descrição das partes relacionadas	Tipo de transação	Contas a Pagar 31/12/2019	Total Pago 31/12/2019
Ideias Consultoria Ltda.	Consultoria empresarial	20	238
Total		20	238

A operação com a “Ideias Consultoria Ltda.” referem-se a serviços prestados no suporte a gestão dos negócios da Companhia.

b) Honorários da Administração

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO) foi aprovado o limite de remuneração global anual dos administradores da Companhia no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia pagou aos administradores e diretores a título de remuneração, R\$ 6.650 (R\$ 6.599 em 31 de dezembro de 2018). Não há benefícios adicionais para os membros da Administração.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Honorários do Conselho de Administração e Fiscal	(549)	(415)	(549)	(415)
Honorários da Diretoria Estatutária	-	-	(6.102)	(6.184)
	(549)	(415)	(6.651)	(6.599)

16. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia estão representados pelas florestas em formação de eucalipto que são utilizadas como matéria-prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes.

Em 31 de dezembro de 2019, da Companhia possuía através das suas controladas Eucatex Imobiliária Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda. aproximadamente 29 mil hectares em áreas de efetivo plantio (28 mil hectares em 31 de dezembro de 2018), as quais são cultivadas no estado de São Paulo nas regiões de Botucatu e Salto.

Devido à dificuldade em identificar a existência de um mercado ativo ou mercado relevante para o ativo biológico analisado, a Companhia optou por mensurar o valor justo

do ativo biológico através do cálculo do valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado à taxa corrente do mercado.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo foi determinado pela valorização dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa líquido – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio.
- Taxa de desconto: taxa corrente de mercado apropriada para trazer os fluxos de caixa considerados a valores presentes nas datas de mensuração.
- Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico, através de pesquisas de mercado divulgadas por empresas especializadas, além dos preços praticados em operações de compra e venda realizada pela Companhia.
- Volumes – consideram o ciclo médio de colheita de 7 anos, e foram projetados com base na produtividade média. A produtividade poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira.
- Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos ao final de cada exercício/período.
- A avaliação dos valores justos dos ativos biológicos foi efetuada e aprovada pela administração.

b) Composição/Movimentação dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2018	420.091	Saldo em 31/12/2017	423.789
Exaustão/cortes efetuados no período	(62.631)	Exaustão/cortes efetuados no período	(59.301)
Ganho na atualização do valor justo	10.378	Ganho na atualização do valor justo	28.204
Transferência para ativo não circulante	-	Transferência para ativo não circulante	(29.853)
Adições	66.006	Adições	57.252
Saldo em 31/12/2019	433.844	Saldo em 31/12/2018	420.091

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos da Companhia, destacam-se a variação do preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado.

17. Imobilizado

a) Composição e Movimentação

CONTROLADORA	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Imobilizações em Andamento	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Ativos	Total
Em 31/12/2017								
Saldo inicial	-	-	-	881	-	-	-	881
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido em 31/12/2018	-	-	-	881	-	-	-	881
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo	-	-	-	881	-	-	-	881
Saldo contábil, líquido em 31/12/2019	-	-	-	881	-	-	-	881

Consolidado	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Direito de uso	Outros ativos	Total
Saldo inicial em 01/01/2018	334.860	77.209	564.992	14.513	1.569	14.437	-	1.069	1.008.649
Aquisições	244	2.350	36.194	52.934	625	18	-	-	92.365
Varição cambial	-	-	-	96	-	-	-	-	96
Baixas	(2.913)	-	-	-	-	(426)	-	-	(3.339)
Depreciações	-	(5.111)	(57.136)	-	(257)	(3.011)	-	-	(65.515)
Transferências	(31.041)	-	-	-	-	-	-	-	(31.041)
Saldo contábil, líquido	301.150	74.448	544.050	67.543	1.937	11.018	-	1.069	1.001.215
Saldo final em 31/12/2018									
Custo	301.150	161.395	1.166.944	67.543	6.308	26.296	-	4.935	1.734.571
Depreciação acumulada	-	(86.947)	(622.894)	-	(4.371)	(15.278)	-	(3.866)	(733.356)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2018	301.150	74.448	544.050	67.543	1.937	11.018	-	1.069	1.001.215
Arrendamentos - IFRS16	-	-	-	-	-	-	44.164	-	44.164
Aquisições	-	-	-	55.923	505	-	-	-	56.428
Varição cambial	-	-	-	149	-	-	-	-	149
Baixas	(2.226)	-	-	-	-	-	(776)	-	(3.002)
Depreciações	-	(5.260)	(52.471)	-	(242)	(3.200)	(10.058)	-	(71.231)
Transferências	-	1.021	38.347	(39.899)	34	497	-	-	-
Custo	298.924	162.416	1.205.291	83.716	6.847	26.793	43.388	4.935	1.832.311
Depreciação acumulada	-	(92.207)	(675.365)	-	(4.613)	(18.478)	(10.058)	(3.866)	(804.587)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2019	298.924	70.209	529.926	83.716	2.234	8.315	33.330	1.069	1.027.723

b) Imobilizações em andamento

As Imobilizações em andamento referem-se substancialmente às construções, máquinas, equipamentos, instalação e construção civil.

A Companhia adota o procedimento de capitalizar os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, a construção ou à produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo, quando possível mensurar com segurança através de suas linhas de financiamento.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram capitalização de juros, pois os ativos não faziam parte das linhas de financiamento.

c) Método de depreciação

Apresentamos a seguir as taxas médias ponderadas anuais.

Taxas anuais de Depreciação	Taxa	
	31/12/2019	31/12/2018
Edifícios e Benfeitorias	3,04%	3,11%
Máquinas, Equipamentos e Instalações	3,76%	4,65%
Móveis e Utensílios	3,24%	3,62%
Veículos	11,95%	12,39%
Outros Ativos	2,83%	3,23%

18. Intangível

Descrição	CONSOLIDADO			
	Software	Marcas e Patentes	Ágio	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1	234	-	235
Ágio - business combination	-	-	13.475	13.475
Amortização	-	(15)	-	(15)
Saldo contábil, líquido	1	219	13.475	13695
Saldos em 31 de dezembro de 2018				
Custo	661	948	13.475	15.084
Amortização acumulada	(660)	(729)	-	(1.389)
Saldo contábil, líquido	1	219	13.475	13.695
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1	219	-	220
Aquisições	298	-	-	298
Amortização	-	(65)	-	(65)
Saldo contábil, líquido	299	154	-	453
Saldos em 31 de Dezembro de 2019				
Custo	959	948	13.475	15.382
Amortização acumulada	(660)	(794)	-	(1.454)
Saldo contábil, líquido	299	154	13.475	13.928
Taxa média de amortização	20%	5%		

Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas “Investimentos em controladas avaliados por equivalência patrimonial” na controladora porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada; e, “Ágio”, no consolidado por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados com os da controladora e redução de custos devido a sinergias esperadas devido a integração das combinações de negócios.

O ágio é um ativo que possui vida útil indefinida e deve ser testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Os ativos e passivos são agrupados em UGCs (Unidades geradoras de caixa) a fins de teste de impairment.

Qualquer perda por impairment é registrada de imediato como perda na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior.

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos. Como resultado do teste de impairment, em 31 de dezembro de 2019, não foram identificadas perdas para as unidades geradoras de caixa (UGC) para o ágio registrado referente à operação da aquisição da Companhia Pesca Administração e Participações SA. no montante de R\$ 13.475.

A Companhia utilizou o método do valor em uso para realização do teste de impairment. Para todas as UGCs foram considerados 5 anos de projeção, sem crescimento na perpetuidade, além de terem sido observados os orçamentos financeiros preparados pela Administração para o início de projeção dos fluxos de caixa (2018).

Em exercícios anteriores, a Companhia não possuía ágio por expectativa de rentabilidade futura.

19. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Vencimento	Encargos	Amortização	Garantia	Controladora		Consolidado	
						31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante									
Capital de giro	Real	Dez/2020	100% CDI + 3,24% a.a	Única	Duplicatas	-	-	9.960	14.895
Capital de giro- <i>Forfeiting</i> (Risco Sacado)	Real	Dez/2020	0,78% a.m	Única	-	-	-	16.488	15.894
CDCA (2)	Real	Dez/2020	100% CDI + 2,86% a.a	Anual	Duplicatas + alienação fiduciária de florestas e hipoteca de fazendas	-	-	12.531	12.663
Crédito Rural	Real	Dez/2020	9,62% a.a	Mensal	Alienação fiduciária	-	-	6.439	10.294
Finame	Real	Dez/2020	TJLP 3,0 % a.a à 9,0% a.a	Mensal	Alienação fiduciária	-	-	60	513
CCE/ real	Real	Dez/2020	100% CDI + 3,28% a.a	Mensal	Duplicatas	-	-	83.833	53.681
ACC/Pré-pagamento	Dólar/EUR	Dez/2020	2,98% a.a à 6,5% a.a + v.c.	Mensal	Duplicatas	-	-	84.114	155.170
Pré-pagamento exportação (1)	Dólar	Dez/2020	LIBOR + v.c. dolar	Trimestral	Nota promissória	26.741	23.889	26.741	23.889
Total circulante						26.741	23.889	240.166	286.999
Não Circulante									
Capital de giro	Real	Set/2018	100% CDI + 3,24% a.a	Única	Duplicatas	-	-	22.166	-
CDCA (2)	Real	Mai/2022	100% CDI + 2,86% a.a	Anual	Duplicatas + alienação fiduciária de florestas e hipoteca de fazendas	-	-	20.369	33.426
Crédito Rural	Real	Ago/2022	9,62% a.a	Mensal	Alienação fiduciária	-	-	5.021	7.884
CCE/ real	Real	Mar/2020	100% CDI + 3,28% a.a	Mensal	Duplicatas	-	-	74.649	39.457
Finame	Real	Jun/2020	TJLP 3,0 % a.a à 9,0% a.a	Mensal	Alienação fiduciária	-	-	-	43
Pré-pagamento exportação (1)	Dólar	Dez/2025	LIBOR + v.c. dolar	Trimestral	Nota promissória	67.946	65.320	67.946	65.320
ACC/Pré-pagamento	Dólar	Ago/2021	5,10% a.a à 6,5% a.a + v.c.	Mensal	Duplicatas	-	-	2.837	10.408
Total não circulante						67.946	65.320	192.988	156.538
Total geral						94.687	89.209	433.154	443.537

Refere-se a contratos de pré-pagamento de exportação junto ao DB Service Uruguay S/A, renegociado no plano de recuperação judicial aprovado em 19/09/2007, com amortização em 28 parcelas trimestrais após um período de carência de três anos, com taxa de juros LIBOR de seis meses. Os saldos das operações de empréstimo estão registrados de acordo com os atos aprovados na assembleia geral de credores, que aprovou o plano de recuperação judicial. Até 31 de dezembro de 2018 não foram feitos pagamentos ao DB Service Uruguay S/A;

(1) Em julho de 2018 a Companhia realizou operação de captação no montante de R\$ 50 milhões na modalidade de Capital de Giro (CDCA) com taxa de 100% do CDI + 2,86% a.a., com o objetivo de melhorar o seu perfil de dívida, que possibilitará reduzir em 12p.p. o endividamento de curto prazo.

Como garantia dos empréstimos e dos financiamentos foram oferecidos terrenos, máquinas e equipamentos. Além desses a Companhia ofereceu como garantia aproximadamente 50% do saldo de duplicatas dos clientes nacionais e fazendas de propriedade da Eucatex Imobiliária Ltda., oferecidas e aceitas como garantia as quais

estão localizadas na região de Botucatu e Avaré (SP), que corresponde área de 1.283 hectares.

Os empréstimos a longo prazo possuem os vencimentos a seguir demonstrados:

Ano de vencimento	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	43.745
2021	107.708	45.401
2022	44.513	35.240
2023	13.589	19.089
2024	13.589	13.063
2025	13.589	-
Total	192.988	156.538

Movimentação dos empréstimos:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	89.209	-	443.537	351.300
Capitações	-	85.237	299.147	326.351
Amortizações e pagamentos de juros	-	-	(330.966)	(291.646)
Juros e variação cambial e monetária	5.478	3.972	21.436	57.532
Saldo Final	94.687	89.209	433.154	443.537

20. Fornecedores

Descrição	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Moeda nacional	163.474	161.580
Moeda estrangeira	2.060	4.642
Total	165.534	166.222

21. Obrigações trabalhistas

Descrição	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
PLR a pagar	6.464	5.755
INSS a recolher	3.867	4.582
FGTS a recolher	1.269	1.264
Provisão de férias e encargos	18.272	17.070
Total	29.872	28.671

22. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IPI	-	-	1.744	2.311
PIS/COFINS	-	-	1.845	785
ICMS	-	-	4.197	4.206
ISS	-	-	159	68
IRPJ/CSLL	1.924	-	10.053	11.326
Outros	41	6	149	110
Total	1.965	6	18.147	18.806

23. Tributos parcelados

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PPI e PEP - ICMS	-	2.850	-	5.186
REFIS IV (a)	9.560	25.143	36.400	30.350
Outros	773	773	773	773
Total	10.333	28.766	37.173	36.309
Passivo circulante	3.442	20.566	8.127	25.116
Passivo não circulante	6.891	8.200	29.046	11.193
Total	10.333	28.766	37.173	36.309

a) REFIS - Com base na Lei nº 11.941/2009 de 27 de maio de 2009 e na Medida Provisória nº 470/2009 de 13 de outubro de 2009, a Companhia e suas controladas ingressaram com pedido de parcelamento especial "REFIS IV" na Secretaria da Receita Federal, com migração do saldo devedor em aberto do Parcelamento Extraordinário do Ministério da Fazenda (PAEX) e inclusão de processos judiciais encerrados contra a Secretaria da Receita Federal. A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parcelados e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das condições do mesmo. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia está adimplente com os pagamentos. Abaixo movimentação do REFIS IV:

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2018	25.143	30.350
Adições	-	29.858
Baixas	(15.462)	(23.687)
Atualizações monetária	(121)	(121)
Saldo Final em 31 de dezembro de 2019	9.560	36.400

Segue abertura dos valores estimados para o desembolso anual do REFIS IV:

Cronograma de Desembolso REFIS	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	2.288	-	2.761
2020	4.780	2.288	18.200	2.761
2021	956	2.288	3.640	2.761
2022	956	2.288	3.640	2.761
2023	956	2.288	3.640	2.761
2024 a 2029	1.912	13.703	7.280	16.545
Total	9.560	25.143	36.400	30.350

A Companhia, fez a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”), junto à Receita Federal e à Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Lei 13.496/2017.

O valor nominal desses débitos atualizado foi de R\$ 24.558, dos quais após aplicação das reduções gerou um débito de R\$ 12.125 que foram pagos em parcelas mensais até dezembro de 2017 no montante de R\$ 1.229 e, o saldo remanescente foi liquidado utilizando crédito de imposto de renda e da contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social sobre lucro líquido acumulado, conforme faculta a lei. A adesão ao PERT gerou um efeito no resultado no valor de R\$ 12.897 (nota 33 demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017). A adesão ao programa de parcelamento PERT, encontra-se em análise pela Receita Federal do Brasil – RFB, e não foi homologado pela autoridade da tributária competente, o deferimento confirmando a dívida consolidada dependerá da finalização da análise pela referida autoridade competente.

24. Contas a pagar

Descrição	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Energia elétrica	7.311	6.344
Fretes a pagar	6.578	7.358
Comissões a pagar	5.219	4.334
Outras	8.548	15.892
Total	27.656	33.928

25. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data avalia a expectativa do desfecho

dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais.

Em 31 de dezembro de 2019, encontra-se provisionado no Consolidado o montante de R\$ 17.957 (R\$17.957 em 31 de dezembro de 2018), o qual, conforme a Administração baseada na opinião de seus assessores legais julga ser suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e contribuições federais	655	655
Provisões trabalhistas	8.229	8.229
Provisões cíveis e outras	9.073	9.073
Total da provisão para demandas judiciais	17.957	17.957

Impostos e contribuições

Refere-se a questionamento, administrativo e judicial, sobre a constitucionalidade da natureza, a composição da base de cálculo, as modificações de alíquotas e a expansão da base de cálculo de alguns tributos estaduais e federais e autos de infração, objetivando assegurar o não recolhimento ou a recuperação de valores julgados indevidos no passado.

A Companhia teve trânsito em julgado da Eucatex S.A. Indústria e Comércio (Controladora) em 2019 para a não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, referente ao período de 1992 a 2017, mas até o momento não reconheceu o valor contabilmente, e está envidando esforços para levantar os valores a serem registrados.

Desde 15 de março de 2017 a Companhia, baseada na conclusão do julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, na sistemática de repercussão geral, do Recurso Extraordinário que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, passou a reconhecer nas suas apurações essa decisão. A Companhia está amparada pelo posicionamento de seus assessores legais de que o risco de perda nesse processo é remoto.

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia estava sujeita a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas instâncias do rito processual aguardando julgamento. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia está envolvida em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível. Conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao possível desfecho desfavorável destes.

Os montantes dos processos classificados como possível em 31 de dezembro de 2019 são: tributário R\$ 261.846 (R\$ 269.422 em 31 de dezembro de 2018), previdenciários R\$ 7.028 (R\$ 4.732 em 31 de dezembro de 2019), cível R\$ 258 (R\$ 492 em 31 de dezembro de 2018) e trabalhistas R\$ 4.033 (R\$ 9.898 em 31 de dezembro de 2018).

26. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas foram tributadas pelo lucro real, com exceção das controladas Eucatex Imobiliária Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., as quais foram optantes pelo lucro presumido e também quanto a *Eucatex of North America Inc*, (“ENA”) que é tributada com base na legislação tributária local.

a) Os componentes de impostos ativos e passivos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ajustes CPC`s/IFRS - custo atribuído de terrenos - controlada	-	-	46.251	46.251
Ajustes CPC`s/IFRS - alteração da vida útil do imobilizado	-	-	64.986	55.779
Reavaliação de florestas	2.387	2.387	2.387	2.387
Total passivo não circulante	2.387	2.387	113.624	104.417

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social serão reconhecidos, contabilmente, com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos.

b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	67.590	27.176	95.344	38.096
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(22.981)	(9.240)	(32.417)	(12.953)
Adições / Exclusões				
Equivalência patrimonial	22.101	17.630	-	-
Realizações da reserva de reavaliação	-	(6.547)	-	(6.550)
Diferença depreciação fiscal x societária	-	-	10.132	8.026
Efeitos Tributários - Lucro Presumido de Controladas (1)	-	-	4.262	366
Outras adições e exclusões líquidas	(1.027)	(1.891)	(6.664)	2.360
Imposto de renda e contribuição social	(1.907)	(48)	(24.687)	(8.751)
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	(1.907)	(48)	(24.687)	(8.751)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	-	1.842	(4.997)	(374)
Alíquota efetiva	3%	0%	26%	23%

(1) No consolidado estão incluídos os efeitos tributários entre as formas de apuração do lucro real e presumido, uma vez que duas de suas controladas são optantes pelo lucro presumido.

27. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 488.183, representado por 31.257.700 ações ordinárias e 61.361.556 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b. Reserva de lucros

b.1 - Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 - Reserva para expansão de investimento

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, com o objetivo de atender principalmente aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital, processos de modernização e manutenção das fábricas. A Administração proporá na Assembleia Geral da Companhia, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a retenção do referido saldo.

b.3 - Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar corresponde aos efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, o qual será utilizada na absorção do saldo da avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo apurado no resultado, mas que ainda não foram realizados economicamente e financeiramente. Após a realização efetiva do ativo biológico, por meio da exaustão dos ativos, a parcela do valor justo do ativo

exaurido é transferida da reserva de lucros a realizar para as destinações legais do resultado auferido.

b.4 Reserva especial de dividendos

A parcela destinada aos dividendos mínimos obrigatórios calculados a razão de 25% do lucro líquido ajustado, apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 8.810 serão destinados a reserva especial de dividendos de acordo com os termos do Art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, que se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

A Companhia possui uma dívida líquida no montante de R\$ 414,7 milhões em 31/12/2019. A incerteza com relação ao cenário prospectivo, tendo em vista o surgimento do novo “Corona virus” (COVID-19) e os eventuais impactos decorrentes da crise global que se implantou com seu surgimento, levam a administração a propor que a AGO aprove a não distribuição de dividendos no ano de 2020, como uma das medidas para garantir a liquidez da Companhia.

c. Dividendos

Todas as ações têm assegurado o direito a dividendo obrigatório, não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira.

As ações preferenciais têm direito a dividendos superiores em 10% aos atribuídos às ações ordinárias, prioridade na percepção de quaisquer dividendos excedentes do dividendo obrigatório e, no reembolso, em caso da liquidação da Companhia, participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas provenientes da capitalização de reservas ou lucros em suspenso.

Em 31 de dezembro de 2019, foram calculados os dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 8.810, representando R\$ 0,089693 por ação ordinária e R\$ 0,098663 por ação preferencial. (Em 31 de dezembro de 2018 R\$ 4.079, representando R\$ 0,04153 por ação ordinária e R\$ 0,045684 por ação preferencial). Conforme demonstrado no quadro abaixo:

Os dividendos em 31 de dezembro foram calculados da seguinte forma	2019	2018
Lucro líquido do exercício	65.683	28.970
Reserva legal	(3.284)	(1.449)
Realização da reserva de reavaliação	-	19.263
Constituição/Realização da reserva de lucros a realizar (1)	(27.159)	(30.468)
Lucro líquido base para dividendos	35.239	16.317
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	8.810	4.079

(1) A Realização de ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao impacto líquido no resultado da avaliação pelo valor justo dos ativos biológicos, constituição de ativo fiscal diferido e crédito

a realizar da ação de exclusão do ICMS na base de cálculo do COFINS, referente à controlada ECTX Indústria e Comércio Ltda..

O saldo a pagar de juros sobre capital próprio e dividendos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 73.692 sendo R\$ 4.079 do exercício de 2018, R\$ 5.946 do exercício de 2017, R\$ 2.526 do exercício 2016, R\$ 724 do exercício de 2015, R\$ 3.736 do exercício de 2014, R\$ 15.755 do exercício de 2013, R\$ 7.394 do exercício de 2012 e R\$ 33.531 do exercício de 2011 e 2010.

d. Ações em tesouraria

Em 13 de maio de 2010 o Conselho de Administração aprovou o programa de aquisições de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento, sem redução do capital social.

A quantidade de ações em circulação no mercado era de 59.231.903 (cinquenta e nove milhões, duzentos e trinta e um mil, novecentas e três). A Companhia poderia recomprar suas ações preferenciais sem valor nominal de emissão da Companhia até o percentual de 10% (dez por cento). O prazo máximo para aquisição é de 12 (doze) meses, com início em 14 de abril de 2011 e término em 14 de abril de 2012. A aquisição de ações foi feita no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo, a preço de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia mantinha 483.034 (483.034 em dezembro de 2017) de ações preferenciais em tesouraria. Estas ações são mantidas em tesouraria para alienação futura. O valor de mercado de cada ação preferencial, em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 8,30 por ação totalizando R\$ 4.009 (em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 4,15 por ação totalizando R\$ 2.005).

e. Lucro (Prejuízo) por ação

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. São reduzidos do lucro atribuído aos acionistas da controladora, quaisquer dividendos de ações preferencialistas e eventuais prêmios pagos na emissão de ações preferenciais durante o exercício.

Lucro por ação	31/12/2019	31/12/2018
Lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da controladora antes das deduções	65.683	28.971
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais	92.136.222	92.136.222
Lucro líquido por ação - básico (em reais)	R\$0,713	R\$0,314
Lucro líquido por ação - diluído (em reais)	R\$0,713	R\$0,314
Lucro básico por ações ordinárias (em reais)	R\$0,669	R\$0,295
Lucro básico por ações preferenciais (em reais)	R\$0,736	R\$0,324

Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

28. Compromissos

A controlada Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., possui compromissos assumidos decorrentes do contrato de arrendamento rural de terrenos e de parcerias para plantio de florestas. As formas de pagamento destes compromissos de arrendamentos são mensais, trimestrais, semestrais, anuais ou através de contratados de parceria rural mediante participação nos frutos no momento da colheita. Os volumes de compromissos decorrentes dos arrendamentos rurais e parcerias contratadas ao longo dos exercícios de 2019 e 2018 corresponderam a um desembolso anual de R\$ 9.000. O vencimento do último contrato será em 2030, sendo que o prazo médio dos contratos é de 14 anos.

29. Benefícios a administradores e empregados

A Companhia concede aos empregados e diretores benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica e odontológica, alimentação, auxílio educação e outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício, exceto para o caso do benefício de assistência médica que permanece mesmo após o desligamento do funcionário por um período que pode chegar até 24 meses, conforme acordos firmados com os sindicatos.

A Companhia tem uma política de conceder participação nos lucros e resultados (PLR) aos seus empregados e diretores. O valor da PLR é equivalente a um salário para a maior parte dos colaboradores e em 31 de dezembro de 2019, o montante provisionado é de R\$ 6.464 (R\$ 5.755 em 31 de dezembro de 2018), Nota 21.

30. Informação por segmento

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Administração, os quais estão segmentados entre os produtos madeira e tintas.

As principais informações por segmento de negócio correspondente a 31 de dezembro de 2019 e 2018 são as seguintes:

Descrição	Madeira e Outros		Tintas		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita Líquida de Vendas e Serviços	1.222.379	989.727	303.402	272.603	1.525.780	1.262.329
Ativo Biológico	10.378	28.204	-	-	10.378	28.204
Custos dos produtos e dos serviços prestados	(882.381)	(721.500)	(225.728)	(208.853)	(1.108.109)	(930.354)
Lucro Bruto	350.376	296.431	77.674	63.750	428.049	360.179
	28,7%	30,0%	25,6%	23,4%	28,1%	28,5%

O resultado consolidado considera as eliminações das vendas entre as empresas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possui nenhum cliente que represente mais de 10% de sua receita líquida. Na elaboração das informações por segmento da Companhia, através de critérios gerenciais de alocação, efetuou ajustes para melhor refletir as informações por segmento.

31. Receita operacional líquida

Reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas está assim representada, para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de vendas	1.833.410	1.510.879
Mercado interno	1.566.308	1.316.902
Mercado externo	287.684	215.850
Devoluções	(20.582)	(21.873)
Impostos e contribuições sobre vendas	(307.630)	(248.550)
Receita Líquida de vendas	1.525.780	1.262.329

32. Informação sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos produtos e das mercadorias vendidas	-	-	(1.108.109)	(930.354)
Despesas com vendas	-	-	(208.422)	(180.390)
Despesas gerais e administrativas	(948)	(965)	(60.891)	(52.823)
	(948)	(965)	(1.377.422)	(1.163.567)
Matéria-prima consumida e outros custos e despesas	16	(3)	(821.661)	(702.443)
Despesas com pessoal e encargos	-	-	(240.637)	(210.201)
Despesas de vendas variáveis	-	-	(138.082)	(112.414)
Depreciação e amortização	-	-	(80.437)	(65.887)
Serviços de terceiros	(763)	(708)	(73.430)	(53.112)
Propaganda e publicidade	(198)	(182)	(19.509)	(15.431)
Impostos e taxas	(3)	(72)	(3.666)	(4.079)
	(948)	(965)	(1.377.422)	(1.163.567)

33. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Processos trabalhistas e recisões de representantes	-	-	(10.343)	(15.852)
Parcelamento Refis	-	(18.623)	-	(18.623)
Credito IPI	-	-	-	21.430
Outras despesas e receitas líquidas	(173)	522	(9.062)	1.828
Total	(173)	(18.101)	(19.405)	(11.217)

34. Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS				
Receita com avp	11	4	6.491	2.717
Receita com descontos concedidos, obtidos	-	-	178	332
Receita com juros	-	-	1.598	1.360
Receita com juros partes relacionadas	10.231	110	19.573	2.381
Receita com variação cambial	3.168	180	59.101	40.062
Atualização monetária de crédito tributário	-	-	18.354	-
Outras Receitas	86	124	357	441
Total	13.496	418	105.652	47.293
DESPESAS				
Despesa com avp	(9)	-	(1.609)	(2.118)
Despesa com descontos concedidos, obtidos	-	-	(6.893)	(5.280)
Despesa com despesas bancárias	(354)	(471)	(6.766)	(5.164)
Despesa com juros	(1.948)	(379)	(50.454)	(33.318)
Despesas com juros partes relacionadas	-	(105)	(19.573)	(2.381)
Despesa com variação cambial	(6.896)	(4.570)	(57.351)	(69.262)
Outras Despesas	(33)	(28)	(342)	(381)
Despesa variação monetária dos impostos	-	(61)	-	(443)
Total	(9.240)	(5.614)	(142.988)	(118.347)
Total	4.256	(5.196)	(37.336)	(71.054)

35. Seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia e suas controladas estão estudando a renovação das suas apólices de seus seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, atualmente vencidas (Parque Fabril,

Estoques), considerando a natureza e riscos envolvidos em suas operações, e a orientação de seus consultores em seguros.

Dada a natureza de suas atividades, da distribuição das florestas em diversas áreas distintas e das medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais, a Administração da Companhia concluiu tecnicamente pela não contratação de seguros, por outro lado a Administração da Companhia, optou pela adoção de políticas de proteção, das quais, historicamente, têm se mostrado altamente eficientes sem que tenha havido qualquer comprometimento às atividades operacionais e financeira da Companhia. Desta forma, a Administração entende que, sua política de proteção, de gerenciamento dos riscos e procedimentos adotados relacionados às atividades florestais, são adequadas e mitigam os riscos, principalmente de eventual descontinuidade operacional da Companhia.

As premissas de riscos para seguros, bem como, as políticas de proteção adotadas pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria ou revisão de demonstrações contábeis, conseqüentemente não fazem parte do escopo dos auditores independentes.

36. Evento Subsequente

As constantes notícias sobre o avanço do Coronavírus (“COVID-19”) estão afetando a economia global e mais recentemente passou também a afetar a economia brasileira diretamente. A quarentena imposta ao comércio e as restrições a circulação de pessoas, são medidas que devem trazer forte impacto nas atividades das empresas como um todo. A taxa de câmbio já sofreu forte desvalorização e o governo já revisou as projeções de PIB para praticamente zero no ano de 2020.

A Companhia está seguindo todas as recomendações das autoridades sanitárias do País, além de estar elaborando um plano de contingência visando garantir o abastecimento e a continuidade de suas operações. Neste momento, porém, ainda não é possível mensurar os reais impactos nas operações e o quanto isso pode afetar seus resultados dada a complexidade da situação e seu ineditismo. A Administração da Companhia estará empenhada em mitigar possíveis reflexos do cenário de curto prazo e procurará na medida do possível mensurar os impactos nas demonstrações contábeis.

Conselho da Administração		
Presidente	Vice-Presidente	Conselheiros
Otavio Maluf	Flávio Maluf	Antônio Delfim Netto
		Giovani Torre
		Heitor Aquino Ferreira
		Marcelo Faria Parodi
		Miguel João Jorge Filho

Conselho Fiscal
Adriano Pagni Buzaid
Freddy Rabbat
Marcos Roberto de Oliveira
Massao Fabio Oya
Simone Carrera
Maria Elvira Lopes Gimenez

Diretoria		
Diretor Presidente	Diretor Vice-Presidente Geral	Diretor Vice-Presidente Executivo
Flávio Maluf	Otávio Maluf	José Antônio Goulart de Carvalho (*)

()e de Relações com Investidores*

Sérgio Henrique Ribeiro
CRC 1SP 220148/O-6